

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

01/03

INFORMAÇÃO N.º 19/81 ASI/FIOCRUZ/MS

Data: 10 de novembro de 1 981

Assunto: SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS REGIONALIZADOS DE SAÚDE PÚBLICA.

Origem: -x-

Referência: PB Nº 498/81/DSI/MS

Difusão: DSI/MS

Difusão anterior: -x-



Anexo: Relatório do V SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE SAÚDE PÚBLICA.

O V SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE SAÚDE PÚBLICA foi realizado na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) no período de 28 de setembro a 02 de outubro de 1 981.

A agenda ficou assim distribuída:

Dia 28/09 - 9:00 hs - abertura do Seminário pelo Diretor da ENSP - Dr. ERNANI BRAGA. Após a abertura foi proposto o primeiro tema para discussão, que seria "Avaliação dos Cursos de Saúde Pública: Resultados, Dificuldades e Sugestões". Este tema foi discutido durante os dias 28 e 29/09, sendo feita, no dia 30 pela manhã, a apresentação dos relatórios referentes ao mesmo.

Após a leitura e debate dos relatórios foram apresentados, a proposta da ENSP para a realização do Seminário de Epidemiologia em NOV de 81, e o Programa Ampliado de Imunologia (PAI)

Ainda no dia 30 foi discutido "O Papel da ENSP nos Cursos Regionalizados".

O tema para o dia 01/10 era "Experiência com a Metodologia Modular", e para o dia 02/10, "Estratégia para Preparação de Pessoal nos Estados", tendo sido feito, ainda nesse dia, um amplo debate e a elaboração do relatório final pelo Vice-Diretor da ENSP, professor ARLINDO FABIO GÓMEZ DE SOUZA.

Os debates transcorreram dentro de um clima estritamente pedagógico, com todos os participantes muito interessados em

CONFIDENCIAL



Ministério da Saúde
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

CONFIDENCIAL



02/03

Continuação da Informação nº 19/81/AS/FIOCRUZ

em resolver os problemas de seus setores, e, segundo a Comissão Organizadora, as sugestões foram muito construtivas e serão úteis para um melhor desempenho dos cursos no próximo ano.

Não houve distribuição de documentos, panfletos e similares, pelos participantes.

Fora das salas de debates não houve nenhuma manifestação ou conversa de cunho político ou social, que não se referis se aos assuntos ali estudados.

Foram os seguintes os Seminaristas:

- ROSA MARIA SOBRAL FRANÇA - Manaus/AM
- EDSON FERREIRA ALVARES - Belém/PA
- RUBENS DA SILVEIRA BRITO - Belém/PA
- CARLOS ALBERTO SALGADO BORGES - São Luís/MA
- MARIA FRANCISCA D.M. BARBOSA - Teresina/PI
- JOSÉ IVO DOS SANTOS PEDROSA - Teresina/PI
- ERNESTO DE PINHO PESSOA - Fortaleza/CE
- JOSÉ AIRES DE CASTRO - Fortaleza/CE
- CLÁUDIO MOREIRA CAMPOS - Natal/RN
- MARIA TERESA B. D'AZEVEDO SANTOS - Recife/PE
- THEREZINHA FARIA DA COSTA - Maceió/AL
- MARIA DAS GRAÇAS SOARES COSTA - Maceió/AL
- LINDETE AMORIM SANTOS - Aracajú/SE
- ANETE PEREIRA SIMÕES - Salvador/ba
- HELI LEONARDO DE CASTRO - Vitória/ES
- MARIA DA GLÓRIA FREISLEBEM - Vitória/ES
- ERNANI DE PAIVA FERREIRA BRAGA - Rio de Janeiro
- HÉLIO WANDERLEY UCHÔA - Rio de Janeiro/RJ
- ARLINDO FÁBIO GÓMEZ DE SOUZA - Rio de Janeiro/RJ
- JAIME ANTONIO A. OLIVEIRA - Rio de Janeiro/RJ
- ELSA RAMOS PAIM - Rio de Janeiro/RJ
- SÉRGIO KOIFMAN - Rio de Janeiro/RJ
- FELIPE BECERRA FUENTES - Rio de Janeiro/RJ
- MARIA DO CARMO LEAL - Rio de Janeiro/RJ
- VIVALDO DE LIMA SOBRINHO - Rio de Janeiro/RJ
- DALTON MARIO HAMILTON - Rio de Janeiro/RJ
- MARIA TERESA DE OLIVEIRA - Rio de Janeiro/RJ
- EDUARDO SEVERIANO P. MARANHÃO - Rio de Janeiro
- ODIR CLÉCIO DA CRUZ ROQUE - Rio de Janeiro/RJ
- DINALVA SEPULVEDA ALMENDRA - Rio de Janeiro/RJ
- EROS JOSÉ DE GODOY LESKI - Rio de Janeiro/RJ
- CORNELIS JOHANNES VAN STRALEN - Belo Horizonte/MG
- LIA CELI FANUCK - Brasília/DF

Art. Gráf. FIOCRUZ

CONFIDENCIAL

Continua.....



SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

OFÍCIO GAB. Nº 813/81

Recife, 09 de outubro de 1981

DO: Secretário de Saúde
Djalma de Oliveira

AO: Chefe da DSI - Brasília
Cel. Arídio Fernandes Martins Junior

Handwritten notes and stamps:
- "Estado" and "AC P" at the top right.
- "Djalma de Oliveira" written vertically.
- "CUNHA" and "F HSP" written vertically.
- "13/10/81" written vertically.
- A circular stamp with "SECRETARIA DE SAÚDE" around the edge.

Senhor Chefe,

Enviei para o Rio de Janeiro, à pedido da Escola Nacional de Saúde Pública, a DRA. MARIA THERESA D'AZEVEDO SANTOS, que foi a Coordenadora do V Curso de Saúde Pública em Pernambuco, cujos problemas já são do conhecimento de V.Sa, a fim de participar do Seminário de Avaliação dos Cursos de Saúde Pública, de 28/09 a 02/10/81.

Nesta ocasião passo às mãos de V.Sa. relatório e outros materiais de informação sobre o referido Seminário.

Acho que a Escola Nacional de Saúde Pública deve ser acompanhada detalhadamente, pois, tenho informações de que os próximos cursos a serem feitos nos Estados serão ainda mais graves, do ponto de vista de ataques à deficiências existentes no setor saúde.

O INAMPS, lamentavelmente, pelo seu modo de proceder, muito tem contribuído para a desorganização do sistema de saúde do país. Em outras palavras, favorece as críticas e enseja grandes obstáculos para a solução dos problemas enfrentados pelas Secretarias de Saúde.

É o nosso depoimento.

Atenciosamente

Djalma de Oliveira
Secretário de Saúde

Q 181 Enviada cópia P



RELATÓRIO SOBRE O V SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO
DOS CURSOS DE SAÚDE PÚBLICA - REALIZADO NO RIO
RIO DE JANEIRO DE 28/09 a 02/10/81

Os trabalhos tiveram início no Auditório da ENSP, às 10 horas do dia 28/09/81, sob a Presidência do seu Diretor Dr. Ernani Braga. Compondo a mesa, o Vice Diretor - Dr. Arlindo Fábio de Souza, representante da OPS/Comissão Nacional de Recursos Humanos, Dr. José Paranaguá Santana, o Coordenador Geral dos Cursos de Saúde Pública - Dr. Hêlio Wanderley Uchoa, o Superintendente da SUDAM Dr. Brito, estando ainda presentes a Dra. Lia Celá Fanuck-Secretaria de Recursos Humanos do Ministério da Saúde, contando com a participação dos Coordenadores e Assistentes de Coordenação dos Cursos dos diversos Estados.

Pela Direção e Vice-Direção da Escola foram enunciados os princípios gerais que regem todos os cursos da ENSP, descentralizados ou não, de formação de profissionais em Saúde Pública para suprir as necessidades das Secretarias em todos os níveis - local, regional e central; além de procurar atender os anseios da política de "Extensão de Cobertura" nas ações do Ministério, fortalecendo o Sistema Nacional de Saúde, no sentido de melhorar a qualidade de vida da população.

Assim, procurando os Estados cada mais consolidarem as infra-estruturas dos cursos para se constituírem multiplicadores de Recursos Humanos para Saúde, não são em caráter de Especialização, mas criando núcleos de formação, ou auxiliando os existentes, na preparação de pessoal auxiliar e técnico (1º e 2º graus) de uma maneira mais formal e integrada. Partindo ainda para os cursos avançados nas diversas áreas de acordo com as suas necessidades de serviço e de docentes locais, para os cursos tais como: Epidemiologia, Planejamento, etc, de acordo com os anseios da Política de Saúde, Governamental (MS).

O conteúdo para a Avaliação acompanha em anexo este relatório. A sistemática utilizada foi a de debates em grupos com a apresentação de relatórios ao final dos trabalhos, estes sendo

consolidados em um relatório final o qual foi lido e debatido em plenária para posterior distribuição.

Segundo a Agenda, aconteceram várias recomendações tais como:

- 01 - Limite de vagas - no máximo de 30 a 35, valorizando mais a qualidade que a quantidade.
- 02 - Seleção e Critérios - que a prova escrita seja seletiva, que se elevem os critérios para uma seleção mais qualitativa e que o corpo docente da ENSP se faça presente no processo de seleção.
- 03 - Que as entidades convenientes se comprometam na liberação de pessoal docente para os cursos (UF e SS).
- 04 - Que as Secretarias verifiquem a possibilidade de alocar recursos financeiros em seus orçamentos para o desenvolvimento dos cursos, além de estudar uma maneira de agilizar a liberação destes para reduzir os entraves ao bom desenvolvimento.
- 05 - Que haja uma maior integração entre as entidades conveniadas, que os representantes tenham uma participação mais efetiva no desenrolar dos cursos, não ficando uma sobrecarga para as Coordenações Executivas ou que a Coordenação Executiva seja escolhida de comum acordo entre as entidades.
- 06 - Que haja local apropriado para as aulas, estudo dirigido, etc. (condições mínimas para funcionamento), assim como local para Biblioteca.
- 07 - Intercâmbio de Bibliografia entre Cursos Regionalizados e entre estes e ENSP - Fornecimento de material Bibliográfico através do Programa de Desenvolvimento do Livro Texto, OPS/MS a baixo custo.
- 08 - Apoio Administrativo - durante e após o encerramento dos cursos. As sedes dos cursos regionalizados além de funcionarem o ano inteiro, recebendo e fornecendo informações, agressos, profissionais, às Secretarias e à ENSP -, se pretende que participe de Projeto de Educação continuada (OPS/MEC/MP/MS), visando uma melhoria do ensino e do serviço, sendo uma sede de informações técnico-científica constante, necessário que se tenha uma infra-estrutura permanente.

- 09 - Que as Coordenações Executivas não sofram mutações constantes para o bom andamento da educação continuada e enriquecimento do processo, com a consolidação do processo de descentralização dos cursos.
- 10 - Que se verifique a anuência dos convênios, se necessitam termos aditivos, etc. Nos convênios, constar a responsabilidade das Secretarias no que se refere a recursos financeiros e das Universidades na liberação de docentes. Ainda a responsabilidade das Universidades no que se refere ao Registro dos Diplomas. (Contacto com os representantes das UFs para viabilizar)
- 11 - Que se estabeleça uma comissão para estudo e adequação de um conteúdo de disciplinas em todos os cursos, a nível de ENSP / Cursos, seja qual for a sistemática em que os mesmos se desenvolvam, quer modular ou compacto e, ainda, que os trabalhos práticos se desenvolvam ao longo do curso.
- 12 - Que a clientela seja multi-profissional, que se incorpore pessoal sem vínculo apesar de a prioridade permanecer para pessoal com vínculo e que todos os cursos tenham um Regimento Interno.
- 13 - Quanto à dispensa de disciplinas que se efetue no máximo a dispensa de 1/3 da carga horária total do curso, se analisando o conteúdo e que as soluções sejam dadas caso a caso.
- 14 - As Técnicas de Avaliação poderão ser usadas desde a prova ou trabalhos individuais até os trabalhos de grupo e participação, prevalecendo o bom senso do docente e da Coordenação. As técnicas de ensino que mais se adaptam aos momentos desde o trabalho em textos, até as exposições e o uso de recursos áudio/visuais etc. Em estudo a avaliação por módulos e por disciplinas.

Ainda foi debatido durante o Seminário:

- 01 - Necessidade de se fazer Seminários para áreas prioritárias. De início a ENSP pretende efetuar um sobre Epidemiologia ainda no mês de novembro próximo, articulando-se com as Coordenações Regionais, com sedes: No Rio de Janeiro para a Região Sudeste, em Porto Alegre para a Região Sul, em Belém para a Região Norte e na Bahia para a Região Nordeste.

Atenciosamente
AOP

Programação anexa - a qual a Escola solicita seja encaminhada aos Docentes de Epidemiologia.

- 02 - Necessidade de se efetuar cursos de Planejamento para suprir as necessidades locais (talvez em Sistema Modular) com início previsto para o próximo ano.
- 03 - Desenvolvimento do Programa Nacional de Imunizações (Convênio ENSP/OPS/FSESP/MS). Probabilidade de Cursos, assim como para o próximo ano, fortalecendo o estudo da Epidemiologia, se pretende entrar com Doenças Respiratórias Agudas e Diarreicas.

No penúltimo dia do Seminário a plenária contou com a presença do Sr. Superintendente da SUCAM, Dr. Fiuza e do Sr. Secretário Genal do Ministério da Saúde Dr. Mozart de Abreu e Lima.

Concluindo o Seminário na 6a. feira, o Dr. Arlindo Fábio de Souza fala em grupo, sobre a responsabilidade dos Docentes e Coordenações no que se refere a trabalhos e Avaliações de Alunos, mesmo num processo de ensino/aprendizagem participativo.

Após a leitura do Relatório Final o Dr. Ernani falou sobre o Centro de Ensino que é a ENSP, frisando que há normas de ensino a serem obedecidas e responsabilidades assumidas, observando que os trabalhos foram orientados, dentro de um bom conteúdo técnico e dando por encerrado o encontro.

Laura Flereza Azevedo Santos
Recife 06/10/81

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1961.

Ilm^o Sr(a)Prof. (a) de Epidemiologia nos Cursos de Especialização em Saúde Pública e
Residência em Saúde Pública e Medicina Social ..

Caro colega,

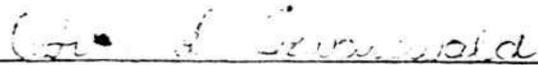
O Departamento de Epidemiologia e Métodos Quantitativos em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública vem se preparando para realizar ainda este ano um Encontro Nacional sobre o Ensino da Epidemiologia nos Cursos Regionalizados de Saúde Pública e Residência em Saúde Pública e Medicina Social.

Tendo em vista a necessidade de reunir elementos para uma melhor programação dessa reunião, estamos solicitando aos docentes de Epidemiologia que preencham o questionário anexo, onde inclusive solicitamos sugestões para uma maior adequabilidade dos nossos cursos à realidade local. Gostaríamos de esclarecer que esse questionário deve ser respondido, por todos aqueles que colaboram na docência de Epidemiologia e não apenas pelo responsável oficial pela disciplina. cremos que assim poderemos reunir mais sugestões e ter uma visão mais abrangente da questão.

Por outro lado, as conclusões e recomendações desse encontro nacional serão levadas a uma reunião da Organização Panamericana da Saúde em Washington, em dezembro deste ano, onde participarão todos os países da América. Devido a isto temos urgência em desenhejar o nosso processo interno e solicitamos que as respostas destes questionários sejam enviadas o mais breve possível, até meados de outubro.

Estamos certos de contar com a sua colaboração e desejamos que estes encontros previstos sejam um passo importante para uma definição conjunta e sistemática do ensino da Epidemiologia em nossos cursos.

Atenciosamente,



Célia Lanãmann Szwarcwald
Responsável pela Coordenação do Departamento de
Epidemiologia e Métodos Quantitativos

QUESTIONÁRIO AOS DOCENTES DE EPIDEMIOLOGIA DOS CURSOS REGIONALIZADOS DE SAÚDE PÚBLICA
E RESIDÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA E MEDICINA SOCIAL

1. Nome: _____
2. Endereço: _____

3. Instituição onde trabalha: _____

4. Formação básica: _____

5. Ano da formatura: _____
6. Estágios onde leciona no Curso de Saúde Pública ou Residência: _____

7. Faz algum curso de especialização ou aperfeiçoamento na área de Saúde Pública ou Saúde Coletiva ?
1. Sim 2. Não
8. Qual foi a área de concentração ?
- Epidemiologia Ciências Sociais
- Planejamento/Administração
- Estatística
- Saneamento Ambiental
- Outra. Especifique: _____
- Não houve área de concentração (Escreva por extenso o nome do curso) _____

9. Onde foi realizado ? _____
10. Tem título de Mestre ou Doutor ?
1. Sim 2. Não
11. Seu mestrado ou doutorado foi realizado em alguma área de Saúde Pública ou Saúde Coletiva ?
1. Sim 2. Não
12. Qual ?
- Epidemiologia Estatística
- Planejamento/Administração Saneamento Ambiental
- Ciências Sociais
- Outra. Especifique _____
- Não houve área de concentração (escreva por extenso o nome do título que recebeu) _____

13. Qual foi o responsável ? _____

14. Há quanto tempo ensina Epidemiologia no Curso de Saúde Pública ?

- 1. () Menos de 6 meses
- 2. () De seis meses a 1 ano
- 3. () De mais de 1 a 2 anos
- 4. () Mais de 2 anos

15. Por qual conteúdo dentro do programa de Epidemiologia ficou responsável no último curso ? _____

16. Qual bibliografia utilizou para preparo das suas aulas ? _____

17. Qual bibliografia indicou para os alunos ? _____

18. Qual o método didático que utilizou nas suas aulas ?

- 1. () Aulas expositivas
- 2. () Leitura e discussão de textos
- 3. () Painéis ou seminários
- 4. () Outro. Especifique: _____

19. Como avaliou o aproveitamento dos alunos ?

- 1. () Bom
- 2. () Regular
- 3. () Fraco

25- Como Você acha que a Escola Nacional de Saúde Pública pode contribuir para melhorar o ensino de Epidemiologia nestes cursos ?



Abs. 11, p. 14/113

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CUSTOS PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL EM PERNAMBUCO1 9 7 9

6.503 Leitos - Hospitais Privados - Cr\$ 713.737.467,00
6.602 Leitos - Secretaria de Saúde - Cr\$ 153.618.662,00

1a. REGIÃO DE SAÚDEVITÓRIA DE SANTO ANTÃO

250 Leitos - Hospitais Privados - Cr\$ 16.773.742,00
101 Leitos - Secretaria de Saúde - Cr\$ 1.621.446,28

2a. REGIÃO DE SAÚDELIMOEIRO

134 Leitos - Hospitais Privados - Cr\$ 17.701.005,80
145 Leitos - Secretaria de Saúde - Cr\$ 4.350.233,20

4a. REGIÃO DE SAÚDECARUARU

290 Leitos - Hospitais Privados - Cr\$ 23.786.617,50
227 Leitos - Secretaria de Saúde - Cr\$ 5.532.298,50

5a. REGIÃO DE SAÚDEGARANHUNS

63 Leitos - Hospitais Privados - Cr\$ 4.253.531,38
280 Leitos - Secretaria de Saúde - Cr\$ 2.696.229,62

7a. REGIÃO DE SAÚDESERRA TALHADA

83 Leitos - Hospitais Privados - Cr\$ 6.695.908,80
149. Leitos - Secretaria de Saúde - Cr\$ 1.935.067,20

FONTES:

INAMPS - Revista dos Centros de Aperfeiçoamento das Equipes de Saúde. INAMPS-PE. Nº 01 2º semestre 1980
ANO 1 - pag. 73.

SECRETARIA DE SAÚDE - Departamento de Administração Financeira
DEAFI da Secretaria de Saúde.

ABS. 11, p. 15/11/83

ESTADO DE PERNAMBUCO

NUMERO DE LEITOS PSIQUIATRICOS CONVENIADOS COM O INAMPS

HOSPITAIS PUBLICOS - 320 LEITOS

HOSPITAIS PRIVADOS - 2.590 LEITOS

GASTOS DO INAMPS COM ASSISTENCIA PSIQUIATRICA

SECRETARIA DE SAUDE

REDE PRIVADA

1979 - CR\$ 30.456.221.00

1979 - CR\$ 231.817.604.44

1980 - CR\$ 41.218.051.55

1980 - CR\$ 536.018.961.70

71 milhões

767 milhões

TOTAL

1979 - CR\$ 262.273.825.44

1980 - CR\$ 577.237.013.25

GRUPO - "A" - SALA 402

- 1 - ROSA MARIA SOBRAL FRANÇA
- 2 - CARLOS ALBERTO SALGADO BORGES,
- 3 - EDSON FERREIRA ALVAREZ
- 4 - MARTA GRAFF RAQUEFAT
- 5 - DIOGO NEI RIBEIRO
- 6 - SERGIO KOIFMAN
- 7 - MARIA TERESA DE OLIVEIRA

GRUPO - "B" - SALA 403

- 1 - JOSÉ AIRES DE CASTRO
- 2 - MARIA TEREZA BARROS d'AZEVEDO SANTOS -
- 3 - TERESINHA FARIA DA COSTA
- 4 - MARIA FRANCISCA DUAILIBE MASCARENHAS BARBOSA
- 5 - ELSA RAMOS PAIM
- 6 - JOSÉ CARLOS JORGE
- 7 - MARIO HAMILTON

GRUPO - "C" - SALA 405

- 1 - ANETE PEREIRA SIMÕES
- 2 - EVANILDA DA SILVA BRITO
- 3 - CORNELIS JOHANNES VAN STRALEN
- 4 - LUZIA DAS GRAÇAS PRADO LEÃO
- 5 - LUZIA TAVARES MARQUES VIEIRA
- 6 - MARIA DO CARMO LEAL
- 7 - PAULO BUSS

GRUPO - "D" - SALA 406

- 1 - MANOEL AMÉRICO BARROS FILHO
- 2 - MURAD IBRAIM BELACIANO
- 3 - JOSÉ IVO DOS SANTOS PEDROSA
- 4 - MARIA DAS GRAÇAS SOARES COSTA
- 5 - GERTRUDES CLEIDE MENDES ROCHA
- 6 - FELIPE FUENTES
- 7 - TERESA BORGERT
- 8 - EDUARDO MARANHÃO

GRUPO - "E" - SALA 407

- 1 - FERNANDO MOLINOS PIRES FILHO
- 2 - GENOVENCIO MATOS NETO
- 3 - PAULO CHAGASTELLES SABROZA
- 4 - ODIR CLÉCIO DA CRUZ ROQUE
- 5 - NILSON DO ROSÁRIO COSTA
- 6 - CLÁUDIO MOREIRA CAMPOS
- 7 - ERNESTO PINHO PESSOA
- 8 - JOSÉ MARIA DE CASTRO

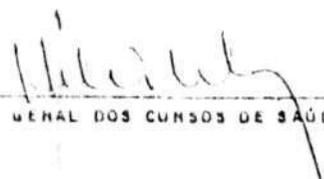
x.x.x

MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA

CERTIFICADO

Certificamos que MARIA TEREZA BARROS D'AZEVEDO SANTOS.....
participou, na qualidade de MEMBRO..... do **V-SEMINÁRIO DE
AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE SAÚDE PÚBLICA**, promovido pela
ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA, com o patrocínio do
acordo OPS/MS/ME/MPAS, no período de 28 de setembro a 2 de
outubro de 1981, na cidade do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 02 / 10 / 1981


COORDENADOR GERAL DOS CURSOS DE SAÚDE PÚBLICA


DIRETOR DA ENSP

ASS. M, p. 18/11/83

1. LOCAL: Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP
Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Manguinhos
Rio de Janeiro - RJ

2. PERÍODO: 28 de Setembro a 02 de Outubro de 1981

3. AGENDA:

Dia 27/09 - Chegada dos participantes ao Rio de Janeiro

Dia 28/09 - Segunda Feira

09,00 às 12,00 hs. - INSTALAÇÃO DO SEMINÁRIO

14,00 às 17,00 hs. - Avaliação dos Cursos de Saúde Pública: Resultados, dificuldades e sugestões. (Discussão e análise)

- DESEMPENHO ADMINISTRATIVO

- Divulgação do Curso

- Seleção de candidatos

- Vagas

- Recursos financeiros disponíveis e custos efetivos

- Convênios (patrocínio e participação)

- Coordenação dos Cursos

- Dinâmica de avaliação: local, equipamento, apoio técnico, apoio administrativo, apoio contábil -

- Aquisição de bibliografia e intercâmbio

- Diploma

- Regulamento de ensino (pré-requisitos; dispensa de disciplinas)

Dia 29/09 - Terça Feira

09,00 às 12,00 hs. - Continuação do Tema "Avaliação dos Cursos de Saúde Pública" (Discussão e análise).

- AVALIAÇÃO do Processo Ensino-Aprendizado

- Técnicas de ensino empregadas

- Avaliação dos alunos e do Curso

- Regime de trabalho

- 14,00 às 17,00 hs. - Continuação do Tema: "Avaliação dos Cursos de Saúde Pública" (Discussão e análise)
- AVALIAÇÃO do Pessoal Docente
 - Pessoal local e desempenho
 - Pessoal da ENSP nos Cursos Regionalizados
 - Integração docente
 - Preparação de pessoal docente local - (necessidades)

Dia 30/09 - Quarta Feira

- 09,00 às 12,00 hs. - Continuação do Tema: "Avaliação dos Cursos de Saúde Pública" (Discussão e análise)
- AVALIAÇÃO do Currículo
 - Objetivos
 - Conteúdos
 - Cargas horárias
 - Integração disciplinar
 - Trabalho de Campo

14,00 às 17,00 hs. - O Papel da ENSP na Coordenação dos Cursos Regionalizados (Discussão e Análise)

Dia 01/10 - Quinta Feira

09,00 às 12,00 hs. - Apresentação da Experiência com a Metodologia Modular; Outras Experiências: Manaus e Porto Alegre.

14,00 às 17,00 hs. - Continuação do Tema: "Experiência com a Metodologia Modular. (Discussão e Análise)

Dia 02/10 - Sexta Feira

09,00 às 12,00 hs. - Estratégia para preparação de pessoal nos Estados: Contribuição dos Cursos Regionalizados. (Discussão e Análise)

14,00 às 17,00 hs. - Apresentação do relatório final e encerramento.

Informações Para a Saúde - II
 Boletim mensal de informações corrente
 Centro de Documentação do Ministério da Saúde
 Esplanada dos Ministérios - Bloco G.
 70.058 Brasília DF

ATRIBUIÇÕES DA FIOCRUZ - ENSP - NA COORDENAÇÃO
DOS CURSOS DE SAÚDE PÚBLICA

- a) Prestar assistência técnica-didática;
- b) Prestar assessoria sobre métodos e técnicas de ensino;
- c) Colaborar com professores do seu quadro para ministrarem aula nas disciplinas que não contem com especialistas no local dos Cursos descentralizados;
- d) Indicar e participar do processo de seleção dos candidatos inscritos;
- e) Indicar o processo de avaliação dos alunos;
- f) Expedir diplomas para os alunos que concluem o Curso com aproveitamento;
- g) Supervisionar e avaliar permanentemente o Curso;
- h) Prestar assistência financeira com a finalidade de pagar hora/aula de professores, gratificação à Coordenação e todo pessoal de apoio, diárias, material de consumo, etc., de acordo com as necessidades estabelecidas na previsão orçamentária;
- i) Aprovar os docentes indicados pelo Coordenador Local;
- j) Participar da indicação da equipe de Coordenação Local.

X.X.X

REGIMENTO DO V-SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS
CURSOS DE SAÚDE PÚBLICA - 1981

CAPÍTULO I - NATUREZA E FINALIDADE

- Art. 1º - O V-SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE SAÚDE PÚBLICA, terá como finalidade reunir os Coordenadores, docentes e autoridades direta ou indiretamente envolvidos com esses Cursos, para avaliar a experiência com o processo de descentralização nos anos de 1980/1981.
- Art. 2º - São participantes do V-Seminário de Avaliação dos Cursos de Saúde Pública:
- a) Diretor e Vice Diretor da ENSP;
 - b) Coordenadores dos Departamentos da ENSP;
 - c) Coordenadores ou Assistentes de Coordenação dos Cursos de Saúde Pública;
 - d) Docentes da ENSP;
 - e) Secretária de Recursos Humanos - M. Saúde;
 - f) Representantes da OPS;
 - g) Representantes de Universidades;
 - h) Representantes de Secretarias Estaduais de Saúde;
 - i) Representantes de Superintendências de Desenvolvimento Regional.

CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO

- Art. 3º - A Comissão Organizadora é integrada pelos Diretor, Vice Diretor DA ENSP, Coordenador Geral dos Cursos de Saúde Pública, Relator-Geral e Comitê Executivo, constituído de Coordenador Adjunto e a Secretária da Coordenação dos CRSP.
- Art. 4º - São atribuições da Comissão Organizadora:
- a) Coordenar todas atividades necessárias à realização do Seminário;
 - b) Aprovar a Agenda do Seminário;
 - c) Supervisionar as atividades do Comitê Executivo.
- Art. 5º - São atribuições do Relator-Geral:
- a) Orientar e Coordenar os trabalhos dos Relatores de Grupo na elaboração dos relatórios;
 - b) Elaborar o Relatório Final do V-Seminário de Avaliação dos Cursos de Saúde Pública.

Art. 69 - Ao Comitê Executivo compete:

- a) Colaborar com a Comissão Organizadora na Coordenação e execução da Agenda do V-Seminário.

CAPÍTULO III - METODOLOGIA

Art. 79 - As sessões de "apresentação" serão plenárias (Auditório Raimundo de Moura Brito) e seguidas de perguntas esclarecedoras.

Art. 89 - As sessões de discussão e análise serão realizadas em GRUPOS com plenária final, com a seguintes distribuição dos Grupos por Salas:

Grupo "A" - Sala 402
 Grupo "B" - Sala 403
 Grupo "C" - Sala 405
 Grupo "D" - Sala 406
 Grupo "E" - Sala 407

CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 99 - Será conferido Certificado aos participantes do V-Seminário de Avaliação dos Cursos de Saúde Pública.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Ernani de Paiva Ferreira Braga
 Prof. Arlindo Fábio Gómez de Souza
 Prof. Hélio Wanderley Uchôa
 Prof. Jaime Antonio de Araújo Oliveira - Relator-Geral

COMITÊ EXECUTIVO

Prof. Luiz A.C. da Gama Malcher
 Abigail Nascimento Vieira



MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES



ENCAMINHAMENTO N.º 06/81 ASI/FIOCRUZ/MS

Data: 06 de abril de 1981

Assunto: CURSO DE SAÚDE PÚBLICA

Referência: Documento distribuído no Curso Básico Regionalizado de Saúde Pública de Pernambuco.

Difusão: DSI/MS

Difusão anterior:

Complementando a documentação que seguiu junto com o Encaminhamento nº 04/81/ASI/FIOCRUZ, de 01 de abril de 1981, enviamos a cópia do Memorial dos alunos do Curso Básico Regionalizado de Saúde Pública de Pernambuco, datado de janeiro de 1981, em anexo, o qual é mencionado nos itens 7 e 8 do expediente confidencial, que o Diretor da ENSP dirigiu ao Senhor Presidente da FIOCRUZ, em 30 de março de 1981.

*

Ao Exm^o Sr. Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

Ao Exm^o Sr. Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação
Oswaldo Cruz

Ao Magnífico Reitor da Universidade Federal de Pernambuco

Excelentíssimos Senhores:

Nós, alunos e professores do V Curso de Especialização em Saúde Pública de Pernambuco, signatários deste documento, surpreendidos com o inesperado afastamento de sua Coordenação Executiva — ocorrido num período em que estávamos afastados da sala de aula e, portanto, impedidos de manifestar nossa posição diante do acontecido — trazemos à consideração de Vossas Excelências o que segue.

Simultaneamente à compreensão da crise que se delineia para o Setor Saúde nos anos 70 no Brasil, emerge a necessidade de reorientar a formação de profissionais de saúde. É dentro dessa perspectiva que a Escola Nacional de Saúde Pública passa a estimular e fortalecer as propostas alternativas para os Cursos de Especialização que despontam nos Estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Minas Gerais. A semelhança do que já havia ocorrido na Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, acreditavam os grupos incentivadores destas propostas, que uma transformação do processo de formação dos sanitaristas far-se-ia acompanhar de uma significativa melhora na qualidade da prestação de serviços de saúde pela rede de serviços públicos.

Ao mesmo tempo, necessário se fazia compatibilizar a infraestrutura das Secretarias Estaduais com as novas exigências do Ministério da Saúde que começam a apontar na direção de serviços básicos simplificados, integradores de ações curativas e preventivas, capazes de garantir não apenas a cobertura universal como, também, a participação da população em todas as etapas da formulação do planeja

Ames

mento sanitário. Estas exigências passam a caracterizar uma nova ordem, a qual impõe uma modificação radical da forma como eram conduzidos os cursos de saúde pública, até então, em todo o país. A uma prática renovadora, deveria corresponder um novo processo de formação em que o treinamento em serviço, possibilitasse uma articulação entre o ensino e a prática e, conseqüentemente, entre o docente e o aluno. Esperava-se fosse de tal modo estimulante o Curso, que seu término significasse um compromisso formal com uma nova proposta para a saúde pública brasileira.

Em Pernambuco, essa nova orientação passou a ser seguida neste V Curso de Especialização em Saúde Pública. O instrumento metodológico adotado foi a reflexão sobre questões concretas da nossa realidade. Desta forma, assumiu a Secretaria de Saúde do Estado a proposta de um Curso inovador e realista.

O Curso começou a se desenvolver num clima de rara expectativa para docentes e alunos. Para os primeiros, o desafio inerente a qualquer processo participativo e, para os alunos, a possibilidade de um permanente exercício de reflexão. Percebiam os alunos que as suas necessidades de formação como profissionais de saúde estavam sendo satisfatoriamente atendidas.

Inequivocamente, o mérito pelo bom desenvolvimento do Curso e pelo seu excelente nível qualitativo coube ao desempenho da Coordenação Executiva que soube, também, estabelecer uma ampla integração entre todos os participantes. Imbuída que estava da importância do trabalho que desenvolvia, não mediu esforços para sua consolidação, seja internamente à própria Secretaria de Saúde, seja ao nível das demais instituições convenientes.

Assim, estranhamos e lamentamos a destituição da Coordenação Executiva, a nosso ver de todo injustificada. Preocupamos, por outro lado, que tal afastamento acarrete alterações substanciais na orientação e na metodologia do Curso, bem como no nível de integração alcançado entre seus participantes. Esta preocupação encontra respaldo em fatos anteriormente ocorridos. Esses fatos, que já revelavam uma postura autoritária e intervencionista do

Assim

nível superior de decisão da Secretaria, incluem desde a censura de textos que descreviam a verdadeira situação de saúde da população até a instauração de uma "auditoria administrativa" no Curso, pondo em dúvida todo o processo em desenvolvimento.

Desta maneira, entendemos que a destituição da Coordenação Executiva não representa uma intervenção meramente administrativa, mas uma interferência na orientação metodológica inovadora, no sentido de bloquear a discussão dos reais problemas de saúde da população.

Diante de tais considerações, nós, alunos e professores abaixo assinados, registramos a nossa discordância em relação ao afastamento da Coordenação Executiva e reivindicamos:

1. A reintegração da Coordenação Executiva destituída;
2. A manutenção da orientação e da metodologia que vêm sendo adotadas.

Julgamos essencial que as nossas reivindicações sejam consideradas pelo Exmo Sr. Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco e lhe solicitamos uma audiência a fim de discutí-las.

mas José Latta

Recife, 29 de janeiro de 1981.

*José Augusto B. Barros
José Francisco Gomes
Maurício Cristiano Pereira
Oswaldo Carneiro de Lencastre*

Gomes

continuação do abaixo-assinados

Luiz Otávio Lima

Elizabete Eugénia de Azevedo
Kátia Regina de O. Feliciano

Melchior Dantas Wanderley

Melchior Hipólito

Nizete do Nascimento

Luiz Carlos Calzal de Melo
Vergilina Cordeiro da Silva

Luiz Carlos Calzal de Melo

José Luiz Rodrigues

Pedro Israel Cabral de Melo

Maria do Carmo Benício

Francisca de Assis Guerra

Rebeca - (Regina Maria Barbosa Adida)

Eduardo M. Freire de Carvalho

Ulisses Maria Mendonça de Moraes
Olimpia Zart

Regina Rúcia Fonseca de Araújo

Isidora Maria do Nascimento

Sônia Fernanda de Alcântara Valença

Juizete Maria da Silva

Juliano Soares

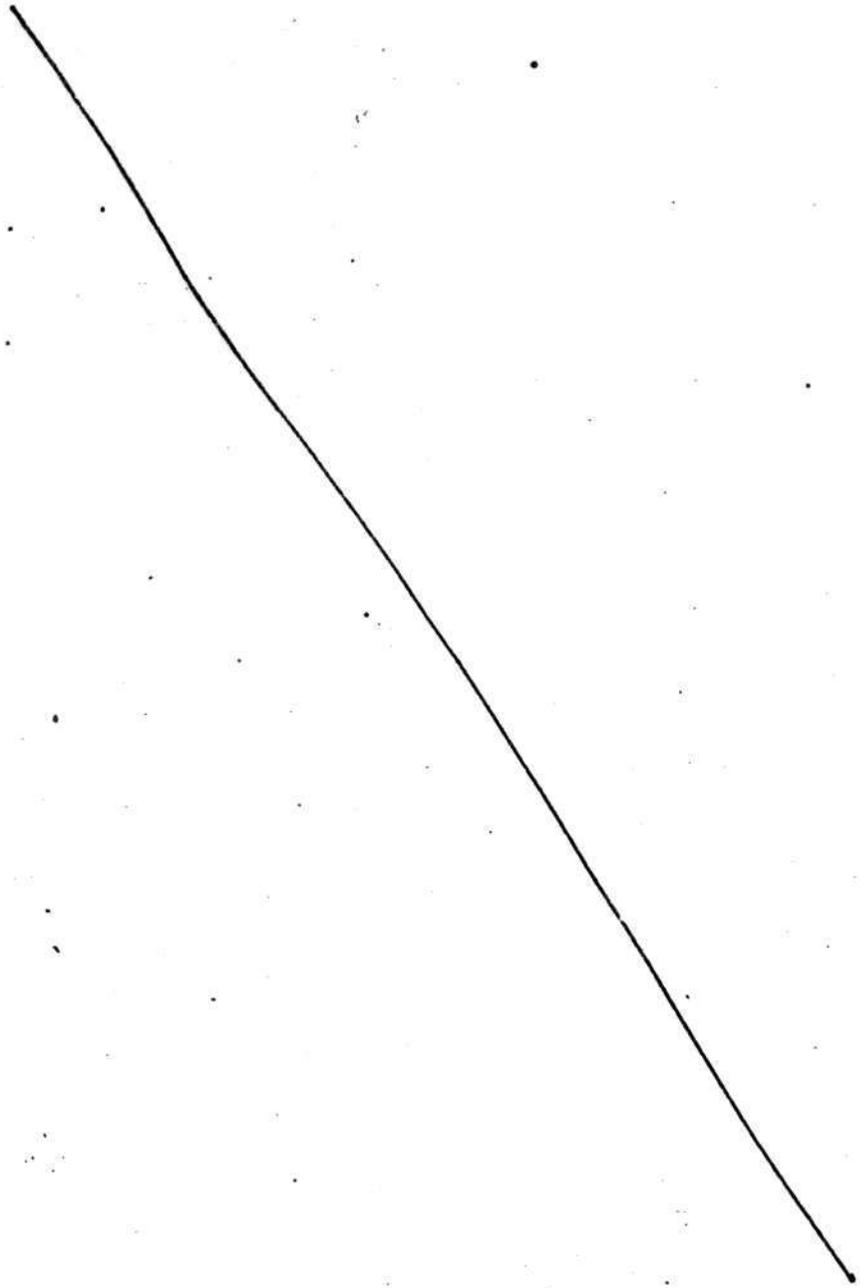
Luiz Carlos

Luiz Carlos

James

Continuação de abaixo-assinados

Ricardo Augusto Pereira by
Dr. B. Otto J. P.



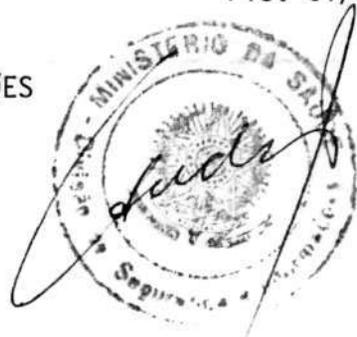
Ames

SECRET

ABS. 11, p. 30/113

Fls. 01/02

MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
INFORMAÇÃO Nº 29/81/DSI/MS



DATA : 19 de abril de 1981
ASSUNTO : CURSOS BÁSICOS DE SAÚDE PÚBLICA
DIFUSÃO : M S
ANEXO : ANEXO 1.

Tem sido constatado que os Cursos Básicos de Saúde Pública, realizados nos Estados da Federação, com o comprometimento dos Secretários Estaduais, Universidades e Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), têm se prestado como porta vozes de idéias contestatórias.

Estes Cursos vêm se realizando nos Estados no período de JUN a JUL 81, sob a coordenação dos Secretários de Saúde, com a participação de professores convidados pelos mesmos e sob a orientação da ENSP/FIOCRUZ.

O Diretor da DSI/MS levando o fato ao conhecimento do Sr. Ministro da Saúde, foi por ele autorizado a reunir os Coordenadores Regionais de Saúde do Ministério da Saúde. Na ocasião, mostrou a gravidade do problema e fez ver a necessidade de ações de coordenação junto às Secretarias coordenadas.

O Coordenador Regional de Saúde do Centro-Oeste (CORCENTRO) Dr. ALDIR HENRIQUE SILVA) já vem agindo vigilantemente junto às Secretarias de Saúde de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, tendo evitado, inclusive, que um dos professores convidados para ministrar conferência na cadeira de " Antropologia Cultural ", Antropóloga ANA MARIA COSTA, recentemente demitida da FUNAI, pudesse utilizar o curso para fugir ao tema tratado.

O Coordenador Regional de Saúde do Nordeste (CORSANE) Dr. OTÁVIO CLEMENTINO DE ALBUQUERQUE, declarou que teve conhecimento do mesmo problema em Pernambuco mas acredita que a situação já esteja sob controle; na Paraíba, o Secretário de Saúde foi alertado; os Delegados Federais de Saúde dos Estados do Nordeste foram também alertados para a necessidade de se inteirarem do problema e cerrarem junto às Secretarias de Saúde no acompanhamento do processo.

TODA PESSOA QUE TOCAR O DOCUMENTO
DESTE DOCUMENTO É RESPONSÁVEL
PELA MANUTENÇÃO DE SEU SIGILO.
Art. (12 Dec. n.º 79.039 77).

SECRET

segue

MAR 187

ABS. 11. p. 31/193

SECRET

INFORMAÇÃO Nº 29/81/DSI/MS

Os Coordenadores Regionais de Saúde da Amazônia (CORSAM), do Sudeste (CORSE) e do Sul (CORSUL), não têm tido injunção sobre os referidos cursos que ficam ao inteiro critério dos Secretários de Saúde dos Estados e da ENSP/FIOCRUZ.

Todos os Coordenadores Regionais foram unânimes na opinião de que as Coordenadorias devam ser postas a par das atividades a serem desenvolvidos em suas áreas de atuação e que as Fundações apresentem os trabalhos a serem executados para que eles, cientes dos processos a serem desencadeados e de posse das informações necessárias, possam programar suas atividades de coordenação.

Por esta Direção, foi sugerido aos referidos Coordenadores que levassem essa proposição à apreciação do Sr. Ministro da Saúde. Em documento distribuído na ocasião, foram-lhes solicitadas as informações necessárias para o acompanhamento do assunto tratado (ANEXO 1).

O mesmo contato foi feito com o Presidente da FIOCRUZ, mostrando-lhe o envolvimento da ENSP/FIOCRUZ.

Esta DSI continua no acompanhamento do processo.

SECRET

ANEXO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

DE CIRC. Nº 66 /81/DSI/MS

Em 23 de março de 1981

Do Diretor da Divisão de Segurança e Informações do MS
 Ao Ilmo. Sr. Coordenador Regional de Saúde da
 Assunto CURSOS DE SAÚDE PÚBLICA

Senhor Coordenador

Esta DSI tem recebido informes de que os Cursos da ENSP, realizados nos Estados, sob a responsabilidade dos respectivos Secretários de Saúde Estaduais, têm sido utilizados para transmitirem idéias contestadoras ou fomentadoras de descontentamento social.

Tendo em vista a gravidade do assunto e devidamente autorizado pelo Exmo. Sr. Ministro da Saúde venho solicitar vossa valiosa contribuição junto aos Senhores Secretários de Saúde Estaduais, de vossa área coordenada, no sentido de alertá-los e passar a acompanhar a realização dos referidos cursos, informando com prioridade à DSI/MS.

- Cursos realizados (ou a realizar), datas.
- Diretoria (diretores, professores, convidados com respectiva origem).
- Apostilas distribuídas, com nome do autor (conseguir cópia das apostilas).

Na oportunidade, renovo a V. Sa. os votos de elevado apreço e distinta consideração.



[Assinatura]
 ARTORIO FERNANDES MARTINS JUNIOR
 Diretor da DSI/MS

SECRETETO

MINISTÉRIO DA SAÚDE
 DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
 INFORMAÇÃO Nº 29/81/DSI/MS



DATA : 19 de abril de 1981
 ASSUNTO : CURSOS BÁSICOS DE SAÚDE PÚBLICA
 DIFUSÃO : A C / S N I - M S
 ANEXO : 1, 2, 3. e 4.

Tem sido constatado que os Cursos Básicos de Saúde Pública, realizados nos Estados da Federação, com o comprometimento dos Secretários Estaduais, Universidades e Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), têm se prestado como porta vozes de idéias contestatórias (DOC. 1, pág. 19 e 20 - ANEXO 1).

Estes Cursos vêm se realizando nos Estados no período de JUN a JUL 81, sob a coordenação dos Secretários de Saúde, com a participação de professores convidados pelos mesmos e sob a orientação da ENSP/FIOCRUZ.

O Diretor da DSI/MS levando o fato ao conhecimento do Sr. Ministro da Saúde, foi por ele autorizado a reunir os Coordenadores Regionais de Saúde do Ministério da Saúde. Na ocasião, mostrou a gravidade do problema e fez ver a necessidade de ações de coordenação junto às Secretarias coordenadas.

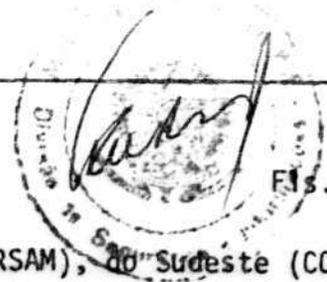
O Coordenador Regional de Saúde do Centro-Oeste (CORCENTRO) Dr. ALDIR HENRIQUE SILVA já vem agindo diligentemente junto às Secretarias de Saúde de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, tendo evitado, inclusive, que um dos professores convidados para ministrar conferência na cadeira de " Antropologia Cultural ", Antropóloga ANA MARIA COSTA, recentemente demitida da FUNAI, pudesse utilizar o Curso para fugir ao tema tratado.

O Coordenador Regional de Saúde do Nordeste (CORSANE) Dr. OTÁVIO CLEMENTINO DE ALBUQUERQUE, declarou que teve conhecimento do mesmo problema em Pernambuco mas acredita que a situação já esteja sob controle; na Paraíba, o Secretário de Saúde foi alertado; os Delegados Federais de Saúde dos Estados do Nordeste foram também alertados para a necessidade de se inteirarem do problema e cerrarem junto às Secretarias de Saúde no acompanhamento do processo.

SECRETETO

TODA PESSOA QUE TOCAR ESTE DOCUMENTO DEVE ASSINAR E ENTREGAR À SEÇÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

SECRETO



INFORMAÇÃO Nº 29/81/DSI/MS

Os Coordenadores Regionais de Saúde da Amazônia (CORSAM), do Sudeste (CORSE) e do Sul (CORSUL), não têm tido injunção sobre os referidos Cursos que ficam ao inteiro critério dos Secretários de Saúde dos Estados e da ENSP/FIOCRUZ.

Todos os Coordenadores Regionais foram unânimes na opinião de que as Coordenadorias devam ser postas a par das atividades a serem desenvolvidas em suas áreas de atuação e que as Fundações apresentem os trabalhos a serem executados para que eles, cientes dos processos a serem desencadeados e de posse das informações necessárias, possam programar suas atividades de coordenação.

Por esta Direção, foi sugerido aos referidos Coordenadores que levassem essa proposição à apreciação do Sr. Ministro da Saúde. Em documento distribuído na ocasião, foram-lhes solicitadas as informações necessárias para o acompanhamento do assunto tratado (ANEXO 2).

O mesmo contato foi feito com o Presidente da FIOCRUZ, mostrando-lhe o envolvimento da ENSP/FIOCRUZ.

A ASI/FIOCRUZ foi acionada através do PB em anexo (ANEXO 3).

Esta DSI continua no acompanhamento do processo.

SECRETO

CONFIDENCIAL

Fls. 01/04

MINISTÉRIO DA SAÚDE
 DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
 INFORMAÇÃO Nº 45/81/DSI/MS



DATA : 06 de maio de 1 981

ASSUNTO : CURSOS BÁSICOS DE SAÚDE PÚBLICA

REFERÊNCIA : a) Informação nº 29/81 - DSI/MS - 01/ABR/81;
 b) Informação nº 30/81 - DSI/MS - 07/ABR/81.

DIFUSÃO : A C / S N I

ANEXO : a) Cópia do Programa do V Seminário de Avaliação dos Cursos de Saúde Pública - 1 981 (ANEXO 1);
 b) Cópias de fichas de Dados Pessoais (ANEXO 2).

1. Estava programado, para o período de 27 a 30 abril de 1 981, na sede da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), em Brasília, o " V Seminário de Avaliação dos Cursos de Saúde Pública, no Brasil ", uma das atividades programadas pela Comissão de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde, da qual a OPAS faz parte, conjuntamente com os Ministérios da Saúde, da Educação e Cultura e da Previdência e Assistência Social. A Comissão é presidida pelo Dr. MOZART DE ABREU E LIMA - Secretário-Geral do ministério da Saúde, fazendo parte, também, pelo Ministério da Saúde, a Dra. LIA CELI FANUCK - Secretária de Recursos Humanos, e o Dr. ERNANI BRAGA, como Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública.

2. Deveriam participar do referido Seminário, além do Dr. Ernani' Braga, os seguintes elementos da Escola Nacional de Saúde Pública:

- HÉLIO WANDERLEY UCHÔA
- EDUARDO AZEREDO COSTA
- CARLOS HIROYUKI OSANAI
- DALTON MÁRIO HAMILTON
- SZACHNA ELIASZ CYNAMON
- ELSA RAMOS PAIM
- IGNEZ RAMOS MARTINS - (ANEXO 2)

TODA PESSOA QUE TOQUE CONTEÚDO
 NESTE DOCUMENTO FICA RESPONSÁVEL
 PELA MANUTENÇÃO DE SEU SIGILO.

Art. 102, inciso V, da Constituição Federal

CONFIDENCIAL

segue

CONFIDENCIAL

INFORMAÇÃO Nº 45/81/DSI/MS

Fls. 02/04

3. Esta DSI/MS, procedeu pesquisa, a respeito dos elementos relacionados no item 2, da presente Informação, havendo levantado os seguintes registros:

DALTON MÁRIO HAMILTON, consta em sua ficha de Registro de Empregados da FIOCRUZ, como tendo chegado ao Brasil em 24/01/76. Possui a Carteira de Identidade Nº 0821.809 fornecida em 14/02/77, pela SPMAF/SR/DF.

Antes de ingressar na FIOCRUZ, este pesquisador trabalhou como Consultor a curto prazo, contratado pela Organização Pan-Americana de Saúde para assessorar o Governo Brasileiro sobre Sistemas de Informação de Saúde, no período de 10 de setembro a 10 de dezembro de 1975; de fevereiro a maio de 1976, foi contratado como Consultor, pela Secretaria de Saúde de Minas Gerais, a fim de assessorar na programação do Centro Regional de Montes Claros; de junho de 1976 a dezembro de 1977, foi contratado como Consultor pela Unidade de Planejamento, Avaliação, Pesquisa e Programas Especiais (... PAPPE) da Secretaria Geral do Ministério da Saúde.

O ingresso na FIOCRUZ se deu em 01 de setembro de 1978, contratado por um período de 12 meses para participar na programação das atividades da ENSP na Área de Prática para o Ensino de Saúde Pública e no (PEPPE) Programa de Estudos e Pesquisas Populacionais e Epidemiológicos, na Área de Organização e Assistência Médico-Sanitária, atendendo à solicitação do Coordenador do Programa PEPPE - Dr. LUIZ CLEMENTE MARIANI BITTENCOURT. No fim do contrato, DALTON MÁRIO HAMILTON e outros elementos que estavam trabalhando no PEPPE foram julgados necessários à FIOCRUZ e admitidos como empregados regidos pela CLT. A partir de 01 de setembro de 1979, o Dr. DALTON MÁRIO HAMILTON assinou contrato como Pesquisador Titular, como o salário mensal de Cr\$ 41.415,00. Atualmente o salário é de Cr\$ 108.737,00, mais Cr\$ 14.800,00 como gratificação de Coordenador do Curso de Especialização em Saúde Pública da ENSP.

- O Dr. DALTON MÁRIO HAMILTON reside à Av. Eptácio Pessoa nº 2 330 - Ap. 702 - Lagoa.

- ELSA RAMOS PAIM - brasileira, natural do Estado do Pará, filha de Eliezer de França Ramos e de Felicidade Rodrigues Salgado, nascida no dia 20/01/1919, casada, Enfermeira que residia à Rua General Venâncio Flores, 481 - Ap. 605, no Leblon. Segundo anotações originadas do DGIE/SSP/RJ, datadas de 1947 - foi transferida da "Célula Estivador Santana" para a "Célula Teodoro Dreiser" do PCB; no ano de 1949 - esteve na Câmara dos Depu-

segue

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

INFORMAÇÃO Nº 45/81/DSI/MS

tados para falar com o Deputado José Maria Alkmin, para tratar de assuntos referentes aos comunistas presos. (LDA Nº 05286/81 - DGIE/SSP/RJ - 23/04/81)

- EDUARDO DE AZEREDO COSTA - " Em registros de 1964, o nominado foi ouvido na Chefia de Polícia, onde declarou ser presidente do Centro Acadêmico XXII de Março. Disse que ajudou na colocação de manifestos do Centro Acadêmico Sarmiento Leite e que participou da manifestação política promovida por aquele Centro. Contudo este Departamento pela ausência de tais manifestos, não pode precisar se os mesmos desabonam ou não o nominado ". (INFÃO. Nº 44-611/75 - DCI/SSP/RS - 19/12/75)

O " Jornal do Brasil ", edição datada de 13/07/77, publicou críticas do Dr. ALBERT SABIN, sobre os métodos de vacinação aplicados pelo Ministério da Saúde no combate à poliomielite. Na mesma edição, o aludido jornal publica críticas formuladas pelo médico sanitário EDUARDO DE AZEREDO COSTA, da Escola Nacional de Saúde Pública, o qual, assume as críticas formuladas pelo Dr. SABIN às campanhas governamentais de vacinação contra a poliomielite e o sarampo.

O nominado, professor titular da cadeira de Epidemiologia e do Curso de Mestrado em Saúde Pública, afirmou concordar com o Dr. SABIN, quando ele faz restrições ao programa de combate à paralisia infantil e o sarampo, salientando que as campanhas esporádicas de vacinação " conduzidas quase como uma operação militar " não conseguirão melhorar o nível de saúde da população, o que só poderá ser alcançado com maior integração dos serviços de saúde e um cuidadoso trabalho de rotina sanitária. O epígráfico salientou que o Ministério da Saúde está recuando da posição de integrar a medicina preventiva à curativa e, está se confinando, transformando-se quase exclusivamente " num Ministério de campanhas ".

O Presidente da FIOCRUZ, Dr. Vinícius Fonseca de posse do recorte contendo as críticas do nominado, determinou providências no sentido de apurar os fatos, ocasião em que, o epígráfico confirmou a entrevista que dera ao " Jornal do Brasil ", esclarecendo que " o conteúdo do recorte representava a sua opinião pessoal como técnico em saúde pública e que o assunto não envolveu qualquer atividade da Fundação Oswaldo Cruz ".

A confirmação dos termos da precitada entrevista levou o Presidente da FIOCRUZ a determinar a suspensão até segunda ordem do Curso Avançado de Epidemiologia da Escola Nacional de Saúde Pública ministrado sob a responsabilidade do nominado.

segue

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

INFORMAÇÃO Nº 45/81/DSI/MS

A suspensão do Curso de Epidemiologia foi ~~recebida~~ com reação pelo corpo docente da ENSP que se manifestou através de um documento de desagravo, cuja redação foi aprovada em reunião onde compareceu a maioria de seus integrantes. (INFÃO. Nº 79/77 - DSI/MS - 12/08/77)

- Com relação aos demais nomes, relacionados no Item 2 da presente Informação, nada consta, até a presente data.

4. O V Seminário de Avaliação dos Cursos de Saúde Pública Descentralizada foi cancelado, por motivos econômicos, de acordo com determinação do Ministro da Saúde.

CONFIDENCIAL

V SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE SAÚDE PÚBLICA1981

1. Local: Escritório da OPAS - ÁREA V - Brasília
2. Período: 27 a 30 de abril
3. Agenda:

Dia 26 - Chegada a Brasília

Dia 27/04

- 9,00 horas - INSTALAÇÃO DO SEMINÁRIO
"Apresentação da política da ENSP e sua programação para 1981"
- 10,30 horas - Intervalo
- 10,45 horas - Continuação da Apresentação da política da -
ENSP e sua programação para 1981.
- 12,00 horas - Intervalo para almoço
- 14,00 horas - Avaliação dos Cursos de Saúde Pública: Resul-
tados, Dificuldades e Sugestões.
- 15,30 horas - Intervalo
- 15,45 horas - Continuação da Avaliação dos Cursos de Saúde
Pública: Resultados, Dificuldades e Sugestões.

Dia 28/04

- 9,00 horas - Continuação da Avaliação dos Cursos de Saúde
Pública: Resultados, Dificuldades e Sugestões.
- 10,30 horas - Intervalo
- 10,45 horas - Continuação da Avaliação dos Cursos de Saúde
Pública: Resultados, Dificuldades e Sugestões.
- 12,00 horas - Intervalo para almoço
- 14,00 horas - "Metodologia empregada nos Cursos Modulares"
Apresentação .
- 15,30 horas - Intervalo
- 15,45 horas - Metodologia empregada nos Cursos Modulares -
Discussão e análise.

Dia 29/04

- 9,00 horas - Preparação de pessoal para o PAI - Apresentação, debates e estratégias.
- 10,30 horas - Intervalo
- 10,45 horas - Continuação dos debates do tema "Preparação de pessoal para o PAI"
- 12,00 horas - Intervalo para almoço
- 14,00 horas - Reunião conjunta dos Coordenadores dos Cursos de Saúde Pública com os Coordenadores das Residências: Política de relacionamento.
- 15,30 horas - Intervalo
- 15,45 horas - Continuação da reunião conjunta dos Coordenadores dos Cursos de Saúde Pública com os Coordenadores das Residências: Política de relacionamento.

Dia 30/04

- 9,00 horas - Reunião da Associação Brasileira de Pós Graduação em Saúde Coletiva.
- 14,00 às 17,00 hrs. - Continuação da Reunião da Associação Brasileira de Pós Graduação em Saúde Coletiva.

x.x.x

/anv.

CONFIDENCIAL

ABS. 11, p. 41/113

MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
INFORMAÇÃO Nº 62/82/DSI/MS



DATA : 15 de abril de 1 982
ASSUNTO : CURSOS BÁSICOS DE SAÚDE PÚBLICA - Dra. MARIA FRANCISCA DUAILIBE MASCARENHAS BARBOSA
REFERÊNCIA : a) INFORMAÇÃO Nº 29/81/DSI/MS - 01/ABR/81;
b) INFORMAÇÃO Nº 30/81/DSI/MS - 07/ABR/81.
DIFUSÃO : M S - A C / S N I
ANEXO : Vide Relação no final do expediente.

1 - A ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA, da FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - (ENSP/FIOCRUZ), em convênio com a Secretaria de Saúde do Estado do PIAUÍ, programou, dentro da política estabelecida pelo Órgão, a partir de 1 975, de descentralizar o seu Curso de Saúde Pública, um Curso de Especialização em Planejamento de Saúde.

O supracitado curso destina-se a treinar profissionais da área de saúde para fazer face às necessidades do setor, no âmbito das Secretarias de Saúde do Norte e Nordeste do BRASIL; além de preparar pessoal na área de Planejamento, capaz de atender às necessidades derivadas da expansão dos Cursos de Residência de Saúde Pública nas citadas regiões.

Este Curso conta com a coordenação local de MARIA FRANCISCA DUAILIBE MASCARENHAS BARBOSA (da Secretaria de Saúde do Estado do PIAUÍ), e da coordenação geral do Dr. DALTON MÁRIO HAMILTON da ENSP/FIOCRUZ, e constando do seu Currículo as seguintes disciplinas:

- Determinante Histórico do Planejamento;
- Política e Planejamento;
- Métodos e Técnicas I;
- Métodos e Técnicas II;
- A Prática de Planejamento.

segue

CONFIDENCIAL



INFORMAÇÃO Nº 62/82/DSI/MS

02/03

2 - No Curso de Especialização em Planejamento de Saúde Pública, foi distribuída, para leitura e abordagem, a seguinte bibliografia:

- DA PRÁTICA DA PASTORAL POPULAR - de Frei BETTO;
- PESQUISA SOCIAL E AÇÃO EDUCATIVA: conhecer a realidade para depois transformá-la - de ROSISKA DARCY DE OLIVEIRA (IDAC) e MIGUEL DARCY DE OLIVEIRA (IDAC);
- PARA ANALISAR UMA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO POPULAR - de BEATRIZ COSTA;
- EVA VIU A LUTA - algumas anotações sobre a PEDAGOGIA DO OPRIMIDO e a EDUCAÇÃO DO COLONIZADOR - de CARLOS RODRIGUES BRANDÃO (Universidade Estadual de Campinas);
- O INTELLECTUAL ORGÂNICO: A SERVIÇO DO SISTEMA OU DAS CLASSES OPRIMIDAS - de LUIZ ALBERTO GOMEZ DE SOUZA;
- NOTAS PARA UMA DISCUSSÃO SOBRE " MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS " - de LUIZ ANTONIO MACHADO DE ASSIS Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ) e ALÍCIA RICCARDI (IUPERJ).

A obra EVA VIU A LUTA - algumas anotações sobre a PEDAGOGIA DO OPRIMIDO e a EDUCAÇÃO DO COLONIZADOR, de CARLOS RODRIGUES BRANDÃO, já tinha sido distribuída para discussão, durante o Encontro de Experiências de Educação e Saúde, realizado pela Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde/MS (SNABS/MS), em Brasília, no período de 4 a 7 de agosto/81.

3 - MARIA FRANCISCA DUAILIBE MASCARENHAS BARBOSA, sem dados de qualificação, possui, nesta DSI os seguintes registros:

- ex-Diretora de Treinamento de Pessoal da Secretaria Estadual de Saúde do Estado de PERNAMBUCO, sendo uma das Coordenadoras do Curso Básico de Saúde Pública, realizado em RECIFE/PE, no ano de 1981, no qual foi distribuída literatura copiada da revista do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), sendo que em consequência deste fato, a nominada foi exonerada das funções que exercia no referido Curso e na Secretaria de Saúde do Estado de PERNAMBUCO;

segue

CONFIDENCIAL

ASS. 11, p. 43/113

INFORMAÇÃO Nº 62/82/DSI/MS

- após a exoneração, a nominada retirou-se para o PIAUÍ, passando a exercer função na Secretaria de Saúde do Estado do PIAUÍ;
- a nominada participou do V Seminário de Avaliação dos Cursos de Saúde Pública, realizado na Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ, no período de 28/SET a 02/OUT/81, não sendo, na ocasião observado comportamento anormal;
- em 1982, a nominada foi indicada, pelo Secretário de Saúde do Estado do PIAUÍ, para coordenar o Curso de Especialização em Planejamento de Saúde, que está sendo realizado em TERE-SINA/PIAUÍ.

4 - Face ao anteriormente exposto, conclui-se que continua sendo aproveitado o Curso de Especialização em Planejamento de Saúde, para explanação de doutrinação ideológica, com distribuição de literatura contestatória com o comprometimento das Universidades, Secretaria de Saúde e Escola Nacional de Saúde Pública.

- ANEXO:
- a) DA PRÁTICA DA PASTORAL POPULAR - de Frei BETTO (ANEXO 1);
 - b) PESQUISA SOCIAL E AÇÃO EDUCATIVA: conhecer a realidade para depois transformá-la - de ROSISKA DARCY DE OLIVEIRA (IDAC) e MIGUEL DARCY DE OLIVEIRA (IDAC) (ANEXO 2);
 - c) PARA ANALISAR UMA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO POPULAR, de BEATRIZ COSTA (ANEXO 3);
 - d) EVA VIU A LUTA - algumas anotações sobre a PEDAGOGIA DO OPRIMIDO e a EDUCAÇÃO DO COLONIZADOR de CARLOS RODRIGUES BRANDÃO (Universidade Estadual de Campinas (ANEXO 4);
 - e) O INTELLECTUAL ORGÂNICO: A SERVIÇO DO SISTEMA OU DAS CLASSES OPRIMIDAS - de LUIZ ALBERTO GOMEZ DE SOUZA (ANEXO 5);
 - f) NOTAS PARA UMA DISCUSSÃO SOBRE " MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS " de LUIZ ANTONIO MACHADO DE ASSIS (IUPERJ) e ALÍCIA RICCARDI (IUPERJ) (ANEXO 6).
-

CONFIDENCIAL

FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES



INFORMAÇÃO PSI Nº 10/ABR/82-ASI/FSESP

DATA: 12 ABR 82

ASSUNTO: INFILTRAÇÃO COMUNISTA NOS DIVERSOS SETORES DE ATIVIDADE 3.3

REFERÊNCIA: a) PSI - SUBVERSÃO

b) INFORMAÇÃO PSI Nº 24/OUT/81-ASI/FSESP

c) PERÍODO: OUTUBRO/81 a MARÇO/82

FONTE: 16 (DEZESSEIS) DIRETORIAS REGIONAIS DA FSESP E OUTRAS.

DIFUSÃO: DSI/MS

ANEXO : 6(seis) cópias xerox das publicações discriminadas no texto.

INFILTRAÇÃO NOS PODERES EXECUTIVO, JUDICIÁRIO E LEGISLATIVO. 3.3.5.

1. SÍNTESE DO PERÍODO ANTERIOR:

Nada consta.

2. PERÍODO CONSIDERADO:

No PIAUÍ, "o desenvolvimento das disciplinas sociológicas no Curso Básico Regionalizado de Saúde Pública (Convênio FIOCRUZ-Secretaria de Saúde) apresentou aspectos de doutrinação ideológica. Uma demonstração do que foi afirmado está na leitura e abordagem dirigida das obras:

- DA PRÁTICA DA PASTORAL POPULAR - de Frei BETTO;
 - PESQUISA SOCIAL E AÇÃO EDUCATIVA: conhecer a realidade para depois transformá-la - de ROSISKA DARCY DE OLIVEIRA (IDAC) e MIGUEL DARCY DE OLIVEIRA (IDAC);
 - PARA ANALISAR UMA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO POPULAR, de BEATRIZ COSTA;
 - EVA VIU A LUTA - algumas anotações sobre a PEDAGOGIA DO OPRIMIDO e a EDUCAÇÃO DO COLONIZADOR de CARLOS RODRIGUES BRANDÃO (Universidade Estadual de Campinas);
 - O INTELLECTUAL ORGÂNICO: A SERVIÇO DO SISTEMA OU DAS CLASSES OPRIMIDAS - de LUIZ ALBERTO GOMEZ DE SOUZA;
 - NOTAS PARA UMA DISCUSSÃO SOBRE "MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS" de LUIZ ANTONIO MACHADO DE ASSIS (IUPERJ) e ALICIA RICCARDI (IUPERJ).
- Os trabalhos anexos foram retirados do curso."

3. CONCLUSÃO:

À primeira vista, o curso desenvolvido no PIAUÍ foi baseado em do-

Prot. nº 788/82

CONFIDENCIAL



(Continuação da INFORMAÇÃO PSI Nº 10/ABR/82-ASI/FSESP)

cumentação típica de ação psicológica subversiva, inclusive com documento distribuído no "Encontro de Experiências de Educação em Saúde", realizado no ano p.p. no Ministério da Saúde, como "Eva viu a luta". Releva, contudo, notar que não se tem conhecimento de como foi abordado o assunto, nem das conclusões apresentadas no referido curso.

INFILTRAÇÃO NOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES. 3.3.6.

Nada deu entrada nesta ASI, nem foi pesquisado.

Brasil Ramos Caiado Filho
BRASIL RAMOS CAIADO FILHO
Chefe da ASI/FSESP

TODA PESSOA QUE TOME CONHECIMENTO DESTE DOCUMENTO FICA RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DE SEU SIGILO, (ART. 12 DO DEC. Nº 70.908/77 - RGAS)

CONFIDENCIAL

DOCUMENTAÇÃO SOBRE CURSO DE SAÚDE PÚBLICA
NO ARQUIVO (DE TRANCA).



MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 06/82-ASI/FSESP



Data: 26 Mai 82

Assunto: Curso de Planejamento de Saúde, no PIAUI.

Referência: Informação PSI Nº 10/ABR/82-ASI/FSESP

Origem: ASI/FSESP

Difusão: DSI/MS

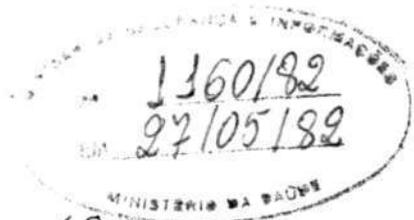
Anexos: -

A exemplo do recém findo CURSO BÁSICO REGIONALIZADO DE SAÚDE PÚBLICA (Convênio FIOCRUZ-Secretaria de Saúde) o CURSO DE PLANEJAMENTO DE SAÚDE, igualmente em realização em TERESINA, PI, segue a mesma orientação ideológica quanto ao estudo da influência do contexto sócio-econômico, cultural e político sobre a saúde.

Apresentado

Luís

TODA PESSOA QUE TOMAR CONHECIMENTO DESTA DOCUMENTO FICA RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DE SEU SIGILO. (ART. 12 DO DEC. Nº 78055/77 - RSAS)



Arquivar no Assin? C-181

*enviado
copiar em*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL.

Ofício /CNS/SE/Bsb. Nº 150/83

Em 03 de janeiro de 1983

Do : Coordenador Técnico do IV Curso de Saúde Pública de Brasília

Endereço : Ministério da Saúde, Bloco 11 - 8º andar

Ao : Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública

Assunto : Encaminha Relatório do Curso de Saúde Pública

Senhor Diretor,

Passo às mãos de Vossa Senhoria o Relatório com 3 anexos, da Coordenação Técnica do IV Curso de Saúde Pública, realizado em Brasília e encerrado a 17 de dezembro passado.

2. Tive o prazer e a honra de representá-lo naquela oportunidade, explicando as razões de sua ausência.

Agradecendo o apoio dessa Diretoria para que pudesse desempenhar com o mínimo de dificuldades a confiança em mim depositada aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria

Atenciosas saudações,

Bichat Rodrigues
Dr. Bichat A. Rodrigues

73
1) Anexar ao Dossier do IV Curso de Saúde Pública

3) Fez extensa observação do Dr Bichat fornecidas no início do Curso - Guerra - les
A) Com relação ao Anexo A, fazer constar de seu dossier as constantes do Anexo A.

Ilmo.Sr.
Dr. ERNANI BRAGA

Rio de Janeiro - RJ

C - 181

ADMINISTRAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Dr. Bichat A. Rodrigues

Os Relatórios de Grupos remetidos em separado, foram considerados satisfatórios na apresentação dos trabalhos de campo, embora com marcantes diferenças na qualidade dos mesmos.

Os relatórios foram discutidos em classe com os diversos grupos e comentadas algumas críticas aos serviços visitados, por não haverem seus autores se conscientizado de que se tratavam de unidades onde não se mantêm, por razões óbvias, especialistas exclusivos, como é a regra nos hospitais dos grandes centros. O aproveitamento do pessoal auxiliar em atividades básicas não foi bem compreendido por alguns elementos do grupo, que estranhavam a presença do médico em certas unidades apenas uma vez por semana, apesar das ações simplificadas haverem sido reiteradamente comentadas.

Nos demais relatórios observam-se apreciações críticas construtivas e criteriosas das eventuais falhas observadas, sendo inclusive, recomendadas algumas providências visando a melhorar aquelas deficiências.

O aproveitamento prático das Visitas realizadas foi, no entender do responsável pelos trabalhos de campo, realmente positivo para aqueles que conheceram, observaram e avaliaram as atividades em andamento, envolvendo áreas rurais, com interesse de ganhar maiores conhecimentos e experiência prática na execução de atividades de saúde, utilizando tecnologia simplificada e apropriada às condições e recursos disponíveis nas diversas áreas visitadas.

IV CURSO DE SAÚDE PÚBLICA DE BRASÍLIA

I -- IDENTIFICAÇÃO

1. Título - IV Curso de Saúde Pública de Brasília
2. Categoria - Especialização
3. Duração - 856h/aula
4. Período - de 5 de agosto a 17 de dezembro de 1982
5. Coordenação Nacional -
Escola Nacional de Saúde Pública
Departamento do Pessoal do Ministério da Saúde
6. Coordenação Local -
Coordenador Técnico - Bichat A. Rodrigues
Substituto eventual - Elia Tie Kotaka
Coordenador Administrativo - Eliane Pinheiro Araújo

II - CLIENTELA

No - Anexo 1 - está relacionada a clientela, pertencente a diferentes categorias profissionais, destacando-se que dos 35 alunos, havia apenas 8 médicos, uma enfermeira e um engenheiro. Desses alunos, apenas 4 não exercem funções no Ministério da Saúde, sendo dois médicos da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, uma enfermeira da FUNAI e uma advogada do Ministério da Previdência e Assistência Social.

É sugestão desta Coordenadoria que deveria ser considerada a possibilidade de modificação da carga horária a ser atribuída a Cursos de Saúde Pública envolvendo participantes da área não Bio-Médica, em uma das seguintes modalidades, por exemplo:

- 1 - Fazer uma parte geral e inicial para as diferentes profissões envolvidas, separando-se em seguida os integrantes da área bio-médica das demais, a fim de que cada um

dos dois grupos tivesse melhores condições de acompanhar as disciplinas especializadas, a exemplo do que ocorre em várias Escolas de Saúde Pública, inclusive nos Estados Unidos da América.

- 2 - Estabelecer Cursos separados para os integrantes da área Bio-Médica e das demais profissões, estabelecendo no sistema de créditos a serem cumpridos por ambos os grupos, o total considerado mínimo necessário para alcançar o diploma. Algumas disciplinas poderiam ser dadas conjuntamente, sempre que possível.

Tais considerações resultam da observação do comportamento e pouco interesse demonstrado por diversos integrantes da área não Bio-Médica, por diversas das disciplinas ministradas no Curso.

III - METODOLOGIA

O Curso se desenvolveu, através de disciplinas ligadas ao conhecimento da área de saúde, sendo utilizados procedimentos didáticos facilitadores do processo de aprendizagem, tais com aulas expositivas, leituras orientadas, atividades de grupo e trabalhos de campo.

IV - DISCIPLINAS

1. Parte Teórica - abaixo relacionadas, segundo carga horária e professor titular:

- DINÂMICA DE GRUPO - 12 horas
- Marta Zappa, Lúcia Y. Spinola e Márcio Carvalho Dantas
- METODOLOGIA DE PESQUISA - 32 horas
- Antonio Agenor Briquet de Lemos
- INTRODUÇÃO À SAÚDE PÚBLICA - 32 horas
- Antonio Carlos de Azevedo

- CIÊNCIAS BIOLÓGICA - 32 horas
— Jorge Antonio Zepeda Bermudez
- ADMINISTRAÇÃO GERAL - 60 horas.
— Vicente Kênio Rosal Alcanfor
- CIÊNCIAS SOCIAIS EM SAÚDE - 64 horas
— Lenita Nicoletti
- SAÚDE PÚBLICA COMO PRÁTICA SOCIAL - 49 horas
— Geysa de Freitas Mendonça
- MÉTODOS QUANTITATIVOS - 48 horas
— Felipe Ruiz
- SANEAMENTO - 64 horas
— Sazchna Eliaz Cynamon
- ECOLOGIA - 32 horas
— Lídio Nunes
- DEMOGRAFIA - 32 horas
— Mário G. Monteiro
- EPIDEMIOLOGIA - 90 horas
— José da Rocha Carneiro
- ADMINISTRAÇÃO EM SAÚDE - 60 horas
— Bichat A. Rodrigues
- PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO - 60 horas
— Ermengarda Faria Alvin.

2. Parte Prática

Trabalho de Campo — num total de 122 horas. Consistiu em visitas aos seguintes serviços de saúde:

2.1 No Distrito Federal

- Instituto de Saúde.
- Divisão de Controle de Zoonoses
- Companhia de Água e Esgotos de Brasília
- Estação de Tratamento do Lixo
- Unidade Integrada de Sobradinho

- Postos da SUCAM em Planaltina
- Centros de Saúde da FHDF

2.2 Em Minas Gerais

2.2.1 Montes Claros

- Centro Regional
- Centro de Saúde Central
- Laboratório Regional
- Unidade de Saúde de Maracanã

2.2.2 Janaúba

- Unidade de Saúde
- Projeto Gorutuba (CODEVASF)

2.2.3 Várzea da Palma

- Unidade da FSESP - L2

2.2.4 Lانسance

- Unidade FSESP - L1
- Prevenção da Cárie em Escolas - FSESP
- Unidade de Saúde do Estado - Casa de Carlos Chagas

2.2.5 Pirapora

- Unidade Mista FSESP
- Serviço de Abastecimento de Água-FSESP

2.2.6 Paracatu

- Unidade Mista FSESP

V - AVALIAÇÃO

1. Avaliação do aproveitamento dos alunos - Foi realizada mediante instrumentos fornecidos pelos professores, tendo sido solicitados trabalhos individuais e de grupo, além de testes individuais.

Duas disciplinas adotaram o critério de auto-avaliação - Metodologia de Pesquisa e Métodos Quantitativos, sendo que esta considerou também a participação e o interesse demonstrado pelos alunos durante as aulas.

Na Disciplina Administração em Saúde além do estudo e apresentação em classe de bibliografia distribuída aos alunos, foi observado e acompanhado o interesse e participação dos mesmos, tanto nos trabalhos de classe, quanto especialmente nas atividades práticas.

2. Avaliação feita pelos alunos — o Curso foi avaliado pelos alunos, no meio do período, por ocasião da disciplina de Ecologia. Conforme pode ser verificado no — Anexo 2 — foram detectados muitos aspectos que mereceriam discussões com a Coordenação Nacional. Infelizmente, isso não foi possível, por razões que escapam à nossa apreciação. Em reunião anterior havida na sede da ENSP, havíamos feito várias considerações a respeito de alguns alunos, achando precoce a avaliação feita naquela oportunidade, pois era evidente a falta de cooperação e espírito construtivo de determinado Grupo, acastelado na negatividade sistemática da utilidade do Curso.

VI — CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Coordenação Técnica foi designada sem prejuízo de suas atribuições normais, após o início do Curso, quando diversos professores estavam convidados e alguns em atividade, o que impossibilitou qualquer participação sua no planejamento dos trabalhos a desenvolver.

Todavia, procurou-se, em reunião na sede da ENSP, presidida pelo seu Diretor, dr. Ernani Braga, dar ao Curso a melhor orientação e metodologia possíveis, inclusive apresentando naquela oportunidade, modificações julgadas necessárias e constantes do Anexo 3.

Destacam-se entre as dificuldades encontradas para melhor desenvolvimento do Curso e que poderão ser consideradas pela

Administração da ENSP, no futuro, as seguintes:

- 1 - Falta de melhor acompanhamento do Curso pela Coordenação Nacional, especialmente quando da avaliação parcial efetuada pelos alunos por sugestão da mesma. Não houve qualquer pronunciamento da Coordenadoria Nacional sobre o material encaminhado, o que de certa forma frustrou os alunos.

A Coordenadoria Técnica arcou sô com toda a responsabilidade pelas deficiências alegadas, num Curso em que não participou do seu planejamento, procurando todavia dar-lhe o melhor rendimento por todos os meios ao seu alcance.

- 2 - Seleção da clientela -

Foi realizada entrevista com os candidatos ao IV Curso de Saúde Pública, inclusive com a participação de um representante da ENSP, o Dr. Malcher, sem que houvesse tempo, porém, para a elaboração de questionário escrito, a ser respondido pelos referidos candidatos, antes da entrevista. Aí seria possível ajuizar as razões do seu interesse em frequentar o Curso, seu conceito como funcionários e sua experiência em saúde pública, devendo, por justiça, ser dada prioridade aos integrantes do grupo Saúde Pública da letra A.

Isto impediu seleção mais rigorosa, o que permitiu o ingresso entre os 35 selecionados, de um grupo de pessoas que em critérios mais específicos, não iriam perturbar com seu comportamento exdrúxulo, contestatório e negativista, quebrando a homogeneidade e dificultando o trabalho em equipe. Essas pessoas criaram desde o início problemas e dificuldades de toda ordem, sendo necessário que o Sr. Ministro autorizasse advertência rigorosa para que fosse possível prosseguirem as atividades didáticas.

Veja Referências
Preenchidas
ANEXO A

Felizmente o curso pôde ser concluído e para a grande maioria, apresentou resultados positivos como foi manifestado por diversos dos seus integrantes, pese aos obstáculos encontrados.

- 3 - Devido ao período estabelecido pelo CONSEPE para a realização do Curso, este foi organizado pelo grupo que fez o planejamento, com a carga de 8 horas de aula de segunda a sexta-feira, além de 4 horas aos sábados. Isso tornou o curso estafante para os alunos, prejudicando o seu aproveitamento. Tal situação não foi possível modificar, face à rigidez imposta à programação estabelecida. Propomos que no futuro, seja estendido o período do Curso para permitir distribuição diária de carga horária mais produtiva.

Achamos igualmente que deveria ser incluída a Disciplina Nutrição no currículo do Curso, pois se constitui numa das ações básicas integrantes do programa do Ministério da Saúde, de extensão de saúde às populações carentes.

Sendo o INAN, autarquia do Ministério da Saúde, responsável pela orientação tanto dos seus programas específicos, quanto pela administração do PRONAN, parece-nos que sendo a alimentação e nutrição reconhecidos como uma das prioridades a serem incorporada às ações de Saúde Pública do Governo, não deveria estar ausente dos Cursos Básicos de Saúde Pública.

- 4 - Houve dificuldades enfrentadas pela Coordenação Técnica para conseguir professores, principalmente resultantes da baixa remuneração e exiguidade de tempo para reprodução do material didático selecionado para distribuição e leitura.

Vários professores tiveram de ser convidados quando o Curso estava em andamento, o que acarretou conflito na ordenação de algumas disciplinas e mesmo repetições em diversos casos.

- 5 - O apoio logístico para o desenvolvimento dos trabalhos do Curso foi insatisfatório, faltando transporte para conduzir os professores e recolher material didático, havendo necessidade de que a Coordenação Administrativa e Técnica, substituta, usasse seus próprios carros para dar cobertura às necessidades encontradas.
- 6 - O grupo bastante heterogêneo na sua composição, com objetivos diversos e em alguns casos com a falta de elementar civilidade que seria de esperar em pessoas gradudas como profissionais, criou diversos impasses e situações até mesmo constrangedoras, pelo palavreado de baixo calão que chegou ser usado até em sala de aula.

Alguns alunos que reclamavam da rigidez da frequência exigida comportaram-se infantilmente, assinando a entrada após deixarem seus cartões de identidade e escaparam pelas portas dos fundos durante todo o período de aulas.

Foi impraticável haver a eleição de um ou mais representantes da turma para representá-la junto às Coordenações e a discussão com todo o grupo tornou-se inviável.

Vale acentuar o comportamento da grande maioria da turma, onde se destacou um grupo de alto nível, justificando o esforço e o interesse das autoridades do Ministério da Saúde, pelo seu Departamento do Pessoal, em realizar o IV Curso de Saúde Pública de Brasília.

Apesar de considerar que a presente turma, pela atuação de uns poucos, foi a mais difícil encontrada pela Coordenação Técnica ao longo dos seus 40 anos de participar na formação de recursos humanos, o saldo é considerado positivo pelo que de útil pôde o Curso proporcionar aqueles que se dedicaram e se constituíram em interessados profissionais de Saúde Pública.

A Coordenação Técnica se considera recompensada pelo esforço e dificuldades com que se defrontou pela Colabora

VER ANEXO 4

ção e interesse encontrado por parte do grupo mais numeroso da turma.

Dos 35 alunos que iniciaram o Curso, 34 concluíram-no com êxito, exceção da socióloga Maria da Graça Ohana Pinto Guimarães que por motivos de saúde, não teve frequência nas Disciplinas Planejamento, Administração em Saúde e nos Trabalhos de Campo. Seu requerimento dirigido ao senhor Diretor da ENSP solicitando que lhe fossem atribuídos outros trabalhos para compensar suas faltas não pôde ser atendido, por falta de apoio legal.

As sugestões apresentadas representam apenas espírito de colaboração às atividades didáticas da Escola Nacional de Saúde Pública, em boa hora entregue ao seu tirocínio e experiência.

Este senhor Diretor, o relatório sumário que submeto à consideração de Vossa Senhoria, relativo ao IV Curso de Saúde Pública de Brasília.

IV CURSO DE SAÚDE PÚBLICA DE BRASÍLIA

FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Quanto ao objetivo previsto.

1.1. Disciplinas que alcançaram seus objetivos

a) Totalmente =

Saneamento	21
Ecologia	14
Introdução à Saúde Pública	11
Saúde Pública como Prática Social	7
Metodologia de Pesquisa	6
Ciências Sociais	5
Métodos Quantitativos	5
Ciências Biológicas	3
Dinâmica de Grupo	1

b) Em grande parte =

Saúde Pública como Prática Social	16
Ciências Biológicas	12
Introdução à Saúde Pública	11
Ciências Sociais	10
Ecologia	9
Metodologia de Pesquisa	9
Saneamento	8
Métodos Quantitativos	4

c) Razoavelmente =

Métodos Quantitativos	12
Ciências Sociais	7
Metodologia de Pesquisa	6
Introdução à Saúde Pública	6
Ciências Biológicas	5
Administração Geral	5
Saúde Pública como Prática Social	4

Ecologia	3
Dinâmica de Grupo	2
Demografia	1

d) Em pequena parte =

Métodos Quantitativos	8
Ciências Biológicas	7
Administração Geral	5
Metodologia de Pesquisa	4
Ciências Sociais	2
Saúde Pública como Prática Social	2
Demografia	2
Ecologia	2
Introdução à Saúde Pública	1

1.2 Não alcançaram seus objetivos =

Demografia	20
Administração Geral	19
Ciências Sociais	5
Metodologia de Pesquisa	5
Ciências Biológicas	1

2. Quanto à metodologia utilizada

2.1 Classificação das disciplinas de acordo com a técnica de ensino utilizada:

a) Excelente =

Saneamento	16
Introdução à Saúde Pública	11
Ecologia	10
Saúde Pública como Prática Social	7
Ciências Biológicas	6
Metodologia de Pesquisa	5
Métodos Quantitativos	2
Ciências Sociais	1

b) Boa =

Saúde Pública como Prática Social	16
Ciências Biológicas	14
Metodologia de Pesquisa	12
Introdução à Saúde Pública	11
Ecologia	10
Ciências Sociais	9
Saneamento	6
Métodos Quantitativos	5
Administração Geral	3
Dinâmica de Grupo	2
Demografia	1

c) Regular =

Métodos Quantitativos	10
Ciências Sociais	10
Saneamento	6
Metodologia	4
Saúde Pública como Prática Social	4
Ecologia	4
Introdução à Saúde Pública	4
Administração Geral	3
Ecologia	1

d) Má =

Métodos Quantitativos	9
Demografia	7
Administração Geral	5
Ciências Sociais	4
Metodologia de Pesquisa	3
Ecologia	2

e) Péssima =

Administração Geral	14
Demografia	14
Ciências Sociais	2
Ciências Biológicas	1
Metodologia de Pesquisa	1

2.2 Classificação das disciplinas, quanto ao modo como ou tros recursos didáticos foram utilizados:

a) Satisfatoriamente =	
Saúde Pública como Prática Social	18
Ecologia	17
Saneamento	14
Ciências Biológicas	13
Introdução à Saúde Pública	11
Metodologia de Pesquisa	5
Ciências Sociais	1
b) Razoavelmente =	
Introdução à Saúde Pública	9
Metodologia de Pesquisa	9
Saneamento	9
Ciências Sociais	8
Métodos Quantitativos	7
Saúde Pública como Prática Social	6
Ciências Biológicas	6
Ecologia	5
Administração Geral	2
Dinâmica de Grupo	1
c) Insatisfatoriamente =	
Administração Geral	17
Demografia	13
Ciências Sociais	8
Métodos Quantitativos	5
Metodologia de Pesquisa	2
Ciências Biológicas	-2
Introdução à Saúde Pública	2
Ecologia	1
d) Não foram utilizados =	
Demografia	7
Administração Geral	5
Metodologia de Pesquisa	5

Métodos Quantitativos	5
Ciências Sociais	3
Dinâmica de Grupo	1

2.3 Classificação das disciplinas, quanto à contribuição ao seu aprendizado, com referência aos trabalhos soli citados:

a) Totalmente =

Saneamento	11
Introdução à Saúde Pública	11
Ecologia	7
Saúde Pública como Prática Social	7
Ciências Biológicas	4
Metodologia de Pesquisa	3
Ciências Sociais	3
Métodos Quantitativos	2
Administração Geral	1

b) Em grande parte =

Saneamento	14
Ciências Sociais	14
Saúde Pública como Prática Social	11
Ecologia	7
Ciências Biológicas	7
Introdução à Saúde Pública	6
Metodologia de Pesquisa	6
Métodos Quantitativos	5
Administração Geral	4

c) Razoavelmente =

Ciências Biológicas	7
Introdução à Saúde Pública	6
Metodologia de Pesquisa	4
Saúde Pública como Prática Social	3
Demografia	3
Administração Geral	3
Métodos Quantitativos	3
Saneamento	2

Ecologia	2
Ciências Sociais	1
Dinâmica de Grupo	1
d) Em pequena parte =	
Métodos Quantitativos	9
Demografia	6
Administração Geral	6
Saúde Pública como Prática Social	4
Ciências Sociais	2
Metodologia de Pesquisa	2
Ciências Biológicas	2
Introdução à Saúde Pública	2
e) Nenhuma =	
Administração Geral	11
Demografia	10
Métodos Quantitativos	4
Ciências Sociais	3
Metodologia de Pesquisa	3
Ciências Biológicas	2

2.4 Classifique as Disciplinas , segundo a técnica de avaliação empregada:

a) Muito eficaz =	
Saneamento	12
Introdução à Saúde Pública	11
Ecologia	8
Ciências Biológicas	-6
Metodologia de Pesquisa	5
Saúde Pública como Prática Social	4
Métodos Quantitativos	4
Administração Geral	1
b) Eficaz =	
Saúde Pública como Prática Social	15
Saneamento	10

Ciências Biológicas	7
Metodologia de Pesquisa	7
Introdução à Saúde Pública	7
Ciências Sociais	7
Ecologia	6
Métodos Quantitativos	5
Administração Geral	1

c) Razoavelmente eficaz =

Ciências Sociais	13
Administração Geral	9
Ecologia	8
Métodos Quantitativos	7
Metodologia de Pesquisa	7
Ciências Biológicas	7
Demografia	4
Introdução à Saúde Pública	3
Saúde Pública como Prática Social	3
Saneamento	2
Dinâmica de Grupo	1

d) Ineficaz =

Administração Geral	11
Métodos Quantitativos	8
Ciências Sociais	7
Demografia	5
Metodologia de Pesquisa	5
Ciências Biológicas	3
Introdução à Saúde Pública	1
Ecologia	1

2.5 Bibliografia indicada - cite se as disciplinas indicaram bibliografia não relacionada com a disciplina:

Nenhuma	11
Em branco	15
Ciências Sociais	1

3. Conteúdo Programático

3.1 Quanto à importância para a prática de saúde pública como classificaria as disciplinas:

a) Muita =

Saneamento	18
Introdução à Saúde Pública	17
Saúde Pública como Prática Social	16
Ecologia	15
Ciências Biológicas	15
Ciências Sociais	11
Métodos Quantitativos	11
Metodologia de Pesquisa	9
Demografia	6
Administração Geral	1

* Todas 6

b) Pouca =

Administração Geral	8
Métodos Quantitativos	6
Metodologia de Pesquisa	5
Demografia	3
Ciências Sociais	3
Ecologia	1
Ciências Biológicas	1
Dinâmica de Grupo	1
Saúde Pública como Prática Social	1
Introdução à Saúde Pública	1

c) Nenhuma (Por que?) =

Administração Geral	9
Ciências	4
Demografia	3
Metodologia de Pesquisa	2

Por que?

. Não responderam 5

- . Administração Geral - "pela forma como foi apre-
sentada"; "nada do que
foi dado interessa ou se
aplica"; "falta de con-
teúdo"; "não ofereceu
conteúdo relevante".
- . Ciências Sociais - "nada do que foi dado re-
almente interessa ou se
aplica".

3.2 Quanto à qualidade da informação prestada, cite as disciplinas:

a) Muito boa =

Saneamento	19
Ecologia	19
Introdução à Saúde Pública	14
Metodologia de Pesquisa	10
Ciências Biológicas	8
Saúde Pública como Prática Social	8
Ciências Sociais	5
Métodos Quantitativos	3

b) Boa =

Saúde Pública como Prática Social	14
Ciências Sociais	12
Metodologia de Pesquisa	10
Saneamento	8
Ciências Biológicas	8
Métodos Quantitativos	8
Introdução à Saúde Pública	7
Ecologia	5
Dinâmica de Grupo	1

* Todas 1

c) Regular =

Ciências Biológicas	8
Métodos Quantitativos	6

Ciências Sociais	6
Administração Geral	6
Saúde Pública como Prática Social	4
Introdução à Saúde Pública	4
Metodologia de Pesquisa	3
Ecologia	1
Demografia	1

d) Má =

Administração Geral	11
Métodos Quantitativos	8
Demografia	6
Ciências Sociais	1
Ciências Biológicas	1

e) Péssima =

Demografia	12
Administração Geral	10
Ciências Sociais	4
Metodologia de Pesquisa	3

3.3 Quanto ao grau de acréscimo de conhecimento à sua experiência pessoal - cite as disciplinas:

a) Muito =

Saneamento	19
Ecologia	15
Introdução à Saúde Pública	11
Metodologia de Pesquisa	8
Saúde Pública como Prática Social	7
Ciências Sociais	7
Ciências Biológicas	4
Métodos Quantitativos	3
Dinâmica de Grupo	1
* Todas	1

b) Razoável =

Saúde Pública como Prática Social	18
Ciências Biológicas	14
Introdução à Saúde Pública	13
Métodos Quantitativos	13
Ecologia	10
Ciências Sociais	9
Metodologia de Pesquisa	8
Saneamento	6
Administração Geral	1

c) Pouco =

Métodos Quantitativos	10
Administração Geral	9
Demografia	7
Ciências Sociais	4
Ciências Biológicas	4
Metodologia de Pesquisa	3
Saúde Pública como Prática Social	1
Ecologia	1
Introdução à Saúde Pública	1

d) Nenhum =

Administração Geral	16
Demografia	10
Ciências Sociais	5
Metodologia de Pesquisa	3
Ciências Biológicas	1

3.4 Quanto à carga horária das disciplinas:

a) Satisfatória =

Administração Geral	12
Saúde Pública como Prática Social	9
Demografia	9
Ciências Sociais	9
Métodos Quantitativos	8
Saneamento	6
Metodologia de Pesquisa	5

Dinâmica de Grupo	5
Ecologia	4
Ciências Biológicas	4
Introdução à Saúde Pública	1
b) Razoável =	
Metodologia de Pesquisa	9
Ciências Biológicas	9
Métodos Quantitativos	8
Saneamento	5
Ecologia	5
Ciências Sociais	4
Administração Geral	3
Introdução à Saúde Pública	3
Demografia	2
* Todas	1
c) Insuficiente =	
Introdução à Saúde Pública	14
Ecologia	8
Saúde Pública como prática Social	5
Saneamento	4
Metodologia de Pesquisa	2
Ciências Biológicas	2
Ciências Sociais	2
Demografia	2
* Todas	5
** Excessivas:	
Administração Geral	2
Ciências Sociais	4

4. Desempenho do Professor

4.1 No domínio da disciplina:

a) Excelente =	
Cynamon	23
Azevedo	19
Lídio	18

Briquet	16
Joana	15
Geysa	14
Ivanildo	9
Bermudez	5

b) Bom =

Geysa	12
Lenita	12
Bermudez	10
Briquet	10
Ivanildo	8
Joana	8
Ruiz	8
Lidio	7
Azevedo	5
Cynamon	4
Claudete	3
Monteiro	1
Cristina	1

c) Razoável =

Kênio	8
Lenita	7
Bermudez	4
Claudete	3
Ruiz	3
Ivanildo	3
Azevedo	3
Lidio	3
Monteiro	3
Geysa	2
Joana	2
Briquet	1

d) Mau =

Monteiro	6
Kênio	5
Lenita	4
Ruiz	2
Ivanildo	2
Bermudez	2
Joana	1

e) Pêssimo =

Kênio	15
Monteiro	13
Lenita	4

4.2 No esclarecimento de dúvidas:

a) Excelente =

Cynamon	17
Lídio	17
Azevedo	16
Briquet	15
Geysa	14
Ruiz	7
Ivanildo	7
Joana	5
Bermudez	4
Claudete	1

b) Bom =

Joana	16
Geysa	11
Cynamon	9
Lenita	9
Briquet	9
Bermudez	9
Ruiz	8
Ivanildo	7

Lídio	7
Claudete	4
Azevedo	3
Kênio	2
c) Regular =	
Lenita	9
Kênio	8
Ruiz	6
Lídio	3
Ivanildo	3
Monteiro	3
Azevedo	3
Bermudez	2
Claudete	1
Geysa	1
Briquet	1
Joana	1
d) Mau =	
Ruiz	3
Azevedo	3
Monteiro	3
Lenita	2
Kênio	1
Bermudez	1
Joana	1
e) Péssimo =	
Monteiro	15
Kênio	12
Bermudez	3
Lenita	3
Joana	1
* Não responderam	2

4.3 Quanto a objetividade das explicações - cite os nomes:

a) Excelente =

Cynamon	19
Lídio	18
Azevedo	17
Briquet	13
Joana	10
Geysa	10
Ivanildo	9
Ruiz	7
Bermudez	6
Lenita	2

b) Bom =

Geysa	15
Joana	12
Ruiz	9
Cynamon	8
Briquet	7
Ivanildo	7
Lídio	7
Lenita	5
Azevedo	3
Claudete	2
Kênio	1
Montiero	1

c) Regular =

Lenita	16
Ruiz	6
Kênio	6
Azevedo	5
Ivanildo	4
Bermudez	4
Joana	3
Briquet	3

Monteiro	3
Geysa	2
Claudete	2
Lídio	2
d) Mau =	
Ruiz	7
Kênio	6
Monteiro	4
Lenita	2
Joana	2
e) Péssimo =	
Monteiro	14
Kênio	13
Lenita	3

4.4 Quanto à facilidade de comunicação:

a) Excelente =	
Azevedo	17
Lídio	17
Briquet	16
Cynamon	14
Geysa	10
Joana	10
Ivanildo	9
Ruiz	5
Bermudez	2
Lenita	1
* Todos	1
b) Bom =	
Geysa	13
Joana	10
Briquet	8
Ruiz	7
Lídio	7

Lenita	7
Cynamon	6
Bermudez	6
Azevedo	5
Ivanildo	3
Claudete	3
Kênio	2
Monteiro	1

c) Regular =

Lenita	9
Ruiz	8
Kênio	8
Ivanildo	7
Cynamon	5
Bermudez	5
Azevedo	4
Joana	4
Claudete	3
Monteiro	2
Geysa	1
Lídio	1

d) Mau =

Monteiro	5
Ruiz	4
Kênio	4
Lenita	3
Bermudez	1

e) Pêssimo =

Monteiro	14
Kênio	13
Lenita	3

* Em branco

1

4.5 Em relação a condução de seminários, como classifi
caria as disciplinas quanto à orientação:

a) Excelente =

Saúde Pública como Prática Social	11
Introdução à Saúde Pública	9
Saneamento	7
Ciências Sociais	4
Ciências Biológicas	3
Métodos Quantitativos	3
Metodologia de Pesquisa	2
Ecologia	2
Demografia	2

b) Boa =

Ciências Sociais	7
Introdução à Saúde Pública	6
Saúde Pública como Prática Social	5
Saneamento	5
Metodologia de Pesquisa	2
Ecologia	2
Administração Geral	2
Métodos Quantitativos	1
Ciências Biológicas	1
Demografia	1

c) Regular =

Ciências Sociais	7
Administração Geral	5
Saúde Pública como Prática Social	2
Introdução à Saúde Pública	1
* Todas	2

d) Mau =

Administração Geral	5
Demografia	2
Métodos Quantitativos	1

e) Pêssima =	
Administração Geral	5
Demografia	3
Ciências Sociais	1
- Não houve seminários	4
- Demografia, não realizou seminário	1
- Em branco	3

5. Quanto à coordenação:

5.1 distribuição do material didático :

a) Excelente	9
b) Boa	19

5.2 apoio dado aos grupos de trabalho:

a) Excelente	4
b) Bom	15
c) Regular	4
d) Mau	3
e) Pêssimo	1

5.3 supervisão das atividades didáticas:

a) Excelente	1
b) Boa	12
d) Mau	3
e) Pêssima	6

5.4 supervisão das normas administrativas - disciplinares:

a) Excelente	4
b) Bom	10
c) Regular	6
d) Mau	3
e) Pêssima	5

5.5 relacionamento com a turma :

a) Excelente	4
b) Bom	11
c) Regular	5
d) Mau	5
e) P�ssimo	5

6. Comentários e sugestões:

a) "Todo o trabalho desenvolvido pela Equipe de Psicólogos responsável pela Disciplina de Dinâmica de Grupo, e que objetiva a integra o do Corpo Discente do Curso, foi desfeito, a nosso ver, pelas seguintes razões:

- não acompanhamento pela equipe citada o desenvolvimento do Curso, quer de forma contínua ou não;
- não acompanhamento da Coordena o Técnica;
- escolha de professores cujo conteúdo programático oferecido pouca contribui o dava ao objetivo do perseguido;
- o sistema de avalia o por Disciplina, que levou a uma competi o entre Grupo e intra Grupo, uma vez que o conceito e não o aprendizado passa a ser o objetivo principal".

b) Além disso foram enfatizados:

- que as aulas aos sábados, assim como 8 horas diárias de aula,   muito cansativo diminuindo, em consequência, o aproveitamento;
- necessidade de selecionar melhor os professores;
- seria mais interessante se fossem dadas notas ao invés de conceitos;
- avalia o contínua durante o curso, com acompanhamento das aulas pela Coordena o Técnica;

- a Coordenação Técnica não deveria ficar separada da administrativa; e
- que os programas das disciplinas deveriam ser distribuídos com antecedência.

c) "Em vista do exposto acima, sugerimos:

- presença regular da Coordenação técnica;
- acompanhamento pela Coordenação Técnica das disciplinas a serem desenvolvidas de modo a orientar os professores para o objetivo do Curso;
- maior participação da turma, através de representantes ou não, quanto ao conteúdo, metodologia e avaliação das disciplinas;
- suspensão de qualquer tipo de avaliação direta, passando a avaliação em cada disciplina a ser feita indiretamente, isto é, através de trabalhos, participação, frequência, etc., cujo conceito só seria divulgado no final do Curso e que se somaria a um Relatório Final do Curso, que seria individual, contendo observações práticas de todas as disciplinas integrantes do Curso, e assim, se teria um conceito final".

d) Outras sugestões foram:

- ampliar a carga horária de algumas disciplinas, tais como Introdução à Saúde Pública, Saneamento, Ecologia e Demografia;
- maior e melhor relacionamento entre a coordenação técnica, os professores e os alunos.

of. 150/831 CNS

ABS. M.P. 8/1/113

ANEXO 3

ADMINISTRAÇÃO EM SAÚDE

A Administração de Saúde, em Curso destinado a sanitaristas do Ministério específico, tem a seu cuidado a orientação, normalização e discussão das atividades básicas dos programas desenvolvidos, tanto em âmbito local, quanto regional e nacional.

A Extensão das Ações de Saúde, incluem na sua organização em atividades de complexidade crescente, áreas como a Assistência Ambulatorial, toco-ginecologia, alimentação e nutrição, pediatria, saneamento, principalmente, que impõem a necessidade de ser dada a necessária ênfase à Enfermagem de Saúde Pública nos seus diferentes níveis; às ações de Assistência e Proteção à Maternidade e Infância, além da Educação em Saúde, o que importa na necessidade de carga horária maior, destinada à representação, discussão e acompanhamento em unidades de saúde, da forma de programação e execução de tais atividades.

Assim, achou-se por bem adicionar à carga horária inicial da Disciplina mais 8 horas para possibilitar mais um dia de Trabalho de Campo.

Na carga horária da Disciplina estão previstos, inicialmente, trabalhos de campo, compreendendo visitas a Unidades de Saúde do Distrito Federal.

ADMINISTRAÇÃO GERAL

A redução da carga horária na Disciplina Adminis
tração Geral, que passou a ser constituída de 44 horas, pa
rece satisfatória, se considerarmos que o objetivo e o pro
pósito básico da mesma se distina a dar noções fundamentais
da Administração Pública, inclusive das atividades "meios"
constituídas pelo sistema de pessoal, material e orçamen
to-financeiro, no apoio às ações de saúde.

A importância do Decreto-Lei 200/67 seria a ana
lisada nas modificações estruturais introduzidas na Adminis
tração Pública Brasileira, sem perder de vista que o Curso
é destinado a sanitaristas e não a Técnicos de Administra
ção.

IV CURSO DE SAÚDE PÚBLICA DE BRASÍLIA

RELAÇÃO DOS ALUNOS E CONCEITOS

DISCIPLINA : ADMINISTRAÇÃO EM SAÚDE

Nº	NOME	CONCEITO
01	ALBERTINO ALEXANDRE MACIEL FILHO	A
02	ANA MARIA COSTA	C
03	ANA MARIA FREIRE SANDOVAL	A
04	ANTONIO AUGUSTO FONSECA GARCIA	A
05	CELESTE MARIA LUCENA DIAS CORREIA	A
06	ELIZETE SUELY DA CUNHA FERNANDES	A
07	EMMANUEL DE SOUZA PATRÍCIO	A
08	EMY UEDA REZENDE	A
09	FELIPE ROBERTO CARREIRO DE BARROS	B
10	GILKA ALVES BARBOSA SALGADO RODRIGUES	A
11	HELOISA HELENA GUIMARÃES	A
12	HILMAR TADEU DA SILVA FERREIRA	A
13	IRAIDES STACIARINI	A
14	ISABEL RECKZIEGEL	A
15	ISOLDA BRANDÃO	A
16	JADER AMORA DE ASSIS REPUBLICANO	A
17	JOÃO BATISTA DE LIMA FILHO	B
18	JORGE ADRIANO MOREIRA FEITOSA SOTERO	B
19	MARCO AURÉLIO BOCACCIO PISCITELLI	B
20	MARIA ASSUNÇÃO LOPES	A
21	MARIA BARRETO FIGUEIREDO	A
22	MARIA CONSUELO BARBOSA DE FIGUEIREDO	A
* 23	MARIA DA GRAÇA OHANA PINTO GONÇALVES	
24	MARIA DE FÁTIMA DE PAULA PESSOA COSTA	B
25	MARIA DE LOURDES SILVEIRA QUEIROZ	A
26	MARÍLIA MATTOS BULHÕES	A
27	MARILUCE XAVIER DE MELO LIMA	A
28	MIRIAM BRAGA DE SOUZA	B
29	MOUREUSA MOURA	B
30	NEY BARRETO JÚNIOR	A
31	NILCEIA ELOI ALBUQUERQUE	A
32	REGINA LÚCIA DE CASTRO CHAVES	B
33	RODRIGO OTÁVIO MÁXIMO DE SAYAGO SOARES	A
34	ROZA MARIA MONTENEGRO DE ALBUQUERQUE	A
35	ZULEIDE DO VALLE OLIVEIRA RAMOS	A

(*) A aluna não concluiu o curso por motivo de doença.

of. 150/83/CNS

ANEXO 1

IV - CURSO DE SAÚDE PÚBLICA DE BRASÍLIA

RELAÇÃO DOS ALUNOS

Nº	N O M E	FORMAÇÃO	CARGO	LOTAÇÃO
01	Albertino Alexandre Maciel Filho	Engenharia	Assistente/SPA	SNABS/MS
02	Ana Maria Costa	Antropologia	Téc. Especial	SNPES/MS
03	Ana Maria Freire Sandoval	Pedagogia	Ag.Administrat.	SUCAM/MS
04	Antonio Augusto Fonseca Garcia	Nutrição	Assessor Técnico	INAN/MS
05	Celeste Maria Lucena Dias Correia	Pedagogia	Sanitarista A	SUCAM/MS
06	Elizete Suely da Cunha Fernandes	Administração	Assistente	SNPES/MS
07	Emmanuel de Souza Patrício	Medicina	Médico	SNPES/MS
08	Emy Ueda Rezende	Medicina	Méd.do Trabalho	HRS/FHDF
09	Felipe Roberto Carreiro de Barros	Comunic.Social	Assessor	SNABS/MS
10	Gilka Alves Barbosa Salgado Rodrigues	Administração	Assistente	DA/MS
11	Heloisa Helena Guimarães	Psicologia	Psicóloga	SNABS/MS
12	Hilmar Tadeu da Silva Ferreira	Medicina	Assessor	CORSAM/MS
13	Iraides Staciarini	Pedagogia	Assistente	SNABS/MS
14	Isabel Reckziegel	Assist.Social	Assistente	SNPES/MS
15	Isolda Brandão	Comunic.Social	Assistente	SNPES/MS
16	Jader Amora de Assis Republicano	Agronomia	Chefe de Seção	SUCAM/MS
17	João Batista de Lima Filho	Nutrição	Gerente Substit.	INAN/MS
18	Jorge Adriano Moreira Feitosa Sotero	Economia	Assessor	SNPES/MS

AGS. 11/P. 84/113

of

MS-11/p.85/113

Nº	N O M E	FORMAÇÃO	CARGO	LOTAÇÃO
19	Marco Aurélio Bocaccio Piscitelli	Medicina	Assistente	SNPES/MS
20	Maria Assunção Lopes	Pedagogia	Chefe de Serviço	SNABS/MS
21	Maria Barreto Figueiredo	Enfermagem	Enfermeira	DGO
22	Maria Consuelo Barbosa de Figueiredo	Ed.Sanitária	Chefe de Serviço	SNABS/MS
23	Maria da Graça Ohana Pinto Guimarães	Sociologia	Chefe de Serviço	SNPES/MS
24	Maria de Fátima de Paula Pessoa Costa	Economia	Chefe de Serviço	SG/MS
25	Maria de Lourdes Silveira Queiroz	Administração	Assistente	DA/MS
26	Marília Mattos Bulhões	Medicina	Médica	SNABS/MS
27	Mariluce Xavier de Melo Lima	Pedagogia	Assistente	CORSANE/MS
28	Miriam Braga de Souza	Sociologia	Téc.Especial.	CORSUL/MS
29	Moureusa Moura	Psicologia	Chefe de Serviço	SNPES/MS
30	Ney Barreto Júnior	Medicina	Téc.Especial.	SNPES/MS
31	Nilcéia Eloi Albuquerque	Admin./Adv.	Assist.Jurídico	MPAS
32	Regina Lúcia de Castro Chaves	Medicina	Médica	HRS/FHDF
33	Rodrigo Otávio Máximo de Sayago Soares	Administração	Assessor	SNABS/MS
34	Roza Maria Montenegro de Albuquerque	Medicina	Chefe de Serviço	DR/SF/SUCAM
35	Zuleide do Valle Oliveira Ramos	Pedagogia	Assistente	CORCENTRO/MS

of. 150/831 CNS

ABS. 11, p. 86/113

PSI

conhecer

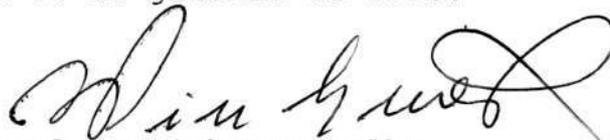
Arbitr. dossier

Senhor Dirigente,

*frustando tudo que
houve sobre "greve"
dos médicos*

De ordem do Titular desta Pasta, encaminho-lhe, em anexo, para conhecimento, Nota do DASP sobre medidas disciplinares que visam a coibir realização de "Greve" no Serviço Público.

Em 07 de janeiro de 1983.



Walter Pinheiro Filho
Chefe do Gabinete do
Ministro da Saúde

enviado copia ao PSI em 10.01.83

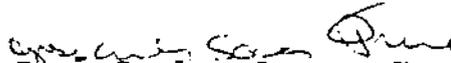
MEMORANDO

Em, 05 de janeiro de 1982

Senhor Ministro,

Encaminho a V.Exa., em anexo, Nota deste Departamento, na qual se encontram a legislação e esclarecimentos sobre medidas disciplinares que visam a coibir realização de greve no serviço público.

Aproveito a oportunidade para renovar a V.Exa. protestos de estima e consideração.


José Carlos Soares Freire
Diretor-Geral

MEDIDAS DISCIPLINARES, DO PONTO DE VISTA LEGAL, QUE VISAM A COIBIR A PARALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS.

A respeito de greve no Serviço Público, o art. 162 da Constituição estabelece:

"Art. 162. Não será permitida greve nos serviços públicos e atividades essenciais, definidas em lei."

NO CASO DO CELETISTA:

Em consequência do que contém o dispositivo acima reproduzido, foi expedido o Decreto-lei nº 1.632, de 04.08.1978, disciplinando o assunto e, especificamente, quanto à penalidade a que se sujeitam os empregados que participem ou concorram para greve estabeleceu:

"Art. 3º - Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o empregado que participar de greve em serviço público ou atividade essencial referida no artigo 1º incorrerá em falta grave, sujeitando-se às seguintes penalidades, aplicáveis individual ou coletivamente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias do reconhecimento do fato, independentemente de inquérito:

- I - Advertência;
- II - Suspensão de até 30 (trinta) dias;
- III - Rescisão do contrato de trabalho, com demissão, por justa causa.

§ 1º - Quando se tratar de empregado estável, a demissão será precedida de apuração da falta em processo sumário.

§ 2º - Sujeita-se ao disposto neste artigo, igualmente, o empregado que, por qualquer forma, concorrer para a greve."

NO CASO DO ESTATUTÁRIO:

No que se refere ao funcionário (servidor público regido pela Lei nº 1.711, de 1952), o mencionado Decreto-lei nº 1.632/78 estatui, in verbis:

"Art. 6º - Incorre em falta grave, punível com demissão ou suspensão, o funcionário público que participar de greve ou para ela concorrer."

Em face do exposto, temos:

a) o empregado público ou de empresa privada (atividades essenciais), que não seja estável, poderá de acordo com a natureza da falta, ser punido com as penas de advertência, suspensão de até 30 (trinta) dias ou rescisão do contrato de trabalho, por justa causa, independentemente de qualquer formalidade;

b) o empregado público ou de empresa privada (atividades essenciais), que seja estável, de acordo com a natureza da falta, poderá ser punido com advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias, independentemente de qualquer formalidade, ou com a rescisão do contrato por justa causa, precedendo, neste caso, processo sumário destinado a apurar a falta;

c) o funcionário público (estatutário), de acordo com a gravidade da falta, poderá ser apenado com suspensão ou demissão. Neste último caso, em virtude do disposto no art. 105, item II, da Constituição, impõe-se a instauração de processo administrativo, em que é assegurada ampla defesa. Cabe esclarecer que a abertura do inquérito não impede a aplicação, se conveniente, da pena de suspensão ao funcionário que a ele responde.

Quanto às pessoas físicas e jurídicas que executem atividades essenciais, definidas no art. 1º do citado Decreto-lei, mediante credenciamento, este poderá cessar imediatamente, com a necessária comunicação da medida ao credenciado. Na hipótese de existir contrato específico para o credenciamento, poder-se-á pro-

Concurado

ceder à sua rescisão imediata, com novas contratações de serviços que atendam a população.

Aliás, a orientação dispensada à matéria segue a mesma inspiração anterior à legislação vigente, visto como já o Decreto-lei nº 9.070, de 15 de março de 1946, dispunha de forma se melhante ao estabelecido no Decreto-lei nº 1.632, de 1978, no que diz respeito aos servidores celetistas.

ANEXO A

RESERVADO

IV CURSO DE SAÚDE PÚBLICA DE BRASÍLIA

RELAÇÃO DOS ALUNOS CONSIDERADOS MAIS DESTACADOS

ALBERTINO ALEXANDRE MACIEL FILHO
HILMAR TADEU DA SILVA FERREIRA
GILKA ALVES BARBOSA SALGADO RODRIGUES
IRAIDES STACIARINI
✓ JADER AMORA DE ASSIS REPUBLICANO
✗ MARIA ASSUNÇÃO LOPES
CELESTE MARIA LUCENA DIAS CORREIA
ISABEL RECKZIEGEL
CONSUELO BARBOSA
MARILIA MATTOS BULHÕES
NEY BARRETO JÚNIOR
ZULEIDE DO VALLE OLIVEIRA RAMOS

ALUNOS PROBLEMA

MIRIAN BRAGA DE SOUZA
MARCO AURÉLIO BOCACCIO PISCITELLI
ANA MARIA COSTA
MOREUSA MOURA

R

RELAÇÃO DOS SELECIONADOS

1. Albertino Alexandre Maciel Filho - Engenharia
2. Ana Maria Costa - Antropologia
3. Ana Maria Freire Sandoval - Pedagogia
4. Angela Lobato - Medicina
5. Antonio Augusto Fonseca Garcia - Nutrição
6. Celeste Maria Lucena Dias Correia - Pedagogia
7. Emmanuel de Souza Patrício - Medicina
- ✓ 8. Emy Ueda Rezende - Medicina
9. Felipe Roberto Carreiro de Barros - Com.Social
10. Gilka Alves Barbosa Salgado Rodrigues - Administração
11. Heloisa Helena Guimarães - Psicologia
12. Hilmar Tadeu da Silva Ferreira - Medicina
13. Iraídes Staciardini - Pedagogia
14. Isabel Reckziegel - Assist.Social
15. Isolda Brandão - Com. Social
16. Jader Amora de Assis Republicano - Agronomia
17. João Batista de Lima Filho - Nutrição
18. Jorge Adriano Moreira Feitosa Sotero - Economia
19. Marco Aurélio Bocaccio Piscitelli - Medicina
20. Maria Assunção Lopes - Pedagogia
21. Maria Barreto Figueiredo - Enfermagem
22. Maria Consuelo Barboza de Figueiredo - Ed.Sanitária
23. Maria da Graça Ohana Pinto Guimarães - Sociologia
24. Maria de Fátima de Paula Pessoa Costa - Economia
25. Maria de Lourdes Silveira Queiroz - Administração
26. Marília Mattos Bulhões - Médica
27. Mariluce Xavier de Melo Lima - Pedagogia
28. Miriam Braga de Souza - Sociologia
29. Moureusa Moura - Psicologia
30. Ney Barreto Júnior - Medicina
31. Nilcêa Eloi Albuquerque - Administr./Advocacia
- ✓ 32. Regina Lúcia de Castro Chaves - Medicina
33. Rodrigo Otávio Máximo de Sayago Soares - Administração
34. Roza Maria Montenegro de Albuquerque - Medicina
35. Zuleide do Valle Oliveira Ramos - Pedagogia

OBS.: Em face de não haver efetuado a matrícula, a candidata dra. Angela Lobato, sua vaga foi ocupada pela candidata Elizete Suely da Cunha Fernandes.

Arquivar no Dossier C-181



MS. 11, p. 93/113

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

OFÍCIO Circ. 008/82/MS/DP/DIRSA

EM 16 de julho de 1.982

DO : Diretor-Geral Substituto do Departamento do Pessoal

ENDEREÇO : Av. W/3 Norte - Q. 510 - Prédio do INAN - 19 andar

AO : Diretor da Divisão de Segurança e Informações do MS

ASSUNTO : IV Curso de Saúde Pública de Brasília.

Senhor Dirigente,

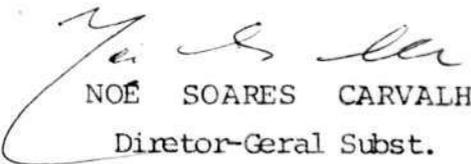
É com satisfação que comunicamos a realização do IV Curso de Saúde Pública de Brasília, no período de 05 de agosto a 17 de dezembro do corrente ano.

Em anexo encaminhamos as Informações Básicas do referido Curso, para as quais solicitamos especial atenção de Vossa Senhoria.

Assim sendo, solicitamos também o obséquio de nos enviar as Fichas de Inscrição devidamente assinadas por Vossa Senhoria, bem como os respectivos currículos até 23 de julho.

Esclarecemos também, que embora haja prioridade para os Sanitaristas "A", existe disponibilidade de vagas para outros profissionais em exercício no Ministério e entidades vinculadas.

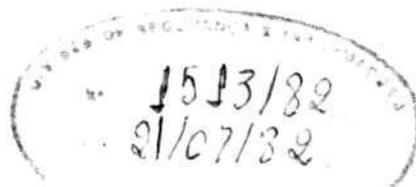
Atenciosamente,


NOÉ SOARES CARVALHO

Diretor-Geral Subst.

Of. 171/82, de
22.7.82

Anexos: Informações Básicas do IV Curso
Fichas de Inscrição
Modelo de Currículo



Arquivar no Bossi? C-181

MINISTÉRIO DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PESSOAL
DIVISÃO DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O MS

IV CURSO DE SAÚDE PÚBLICA DE BRASÍLIA .

(INFORMAÇÕES BÁSICAS)

I - IDENTIFICAÇÃO

Título: IV Curso de Saúde Pública

Categoria: Especialização

Número de Vagas: 35 (trinta e cinco)

Duração: 808 horas/aula

Período: 05 de agosto a 17 de dezembro de 1982

Coordenação Nacional: Escola Nacional de Saúde Pública /
Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação Local: Divisão de Recrutamento, Seleção e Aperfeiçoamento/Departamento de Pessoal do
Ministério da Saúde.

Local de Realização: Fundação Getúlio Vargas

Av. L-2 Norte-Quadra 602 - Brasília

II - JUSTIFICATIVA

A realização do Curso de Saúde Pública em Brasília tem por finalidade promover a adequação dos recursos humanos de nível universitário às atividades em desenvolvimento pelo Ministério da Saúde.

Por outro lado, a dinâmica organizacional, destacando-se os componentes sócio-humano, estrutural, e técnico, estabelece a necessidade de se promover intervenções, de modo a garantir a coerência das ações com a política global, definida para o Setor visando, principalmente, a mudança de conceitos e atitudes por parte, daqueles que estão envolvidos na área de Saúde Pública.

A legislação do Grupo-Saúde Pública prevê a obrigatoriedade da frequência para cursos de especialização como pré-requisito para a progressão funcional dos Sanitaristas.

III - OBJETIVO GERAL

Preparar profissionais de nível universitário para o planejamento, acompanhamento e execução de atividades

no campo da Saúde.

IV - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Oferecer aos alunos a oportunidade de:

- a) compreender a origem e a evolução dos problemas de saúde;
- b) conhecer os mecanismos de proteção e recuperação da saúde;
- c) adquirir os conhecimentos técnico-científicos necessários a uma atuação no campo da saúde-coletiva;
- d) identificar caminhos alternativos para fazer face à realidade dos problemas de saúde;
- e) desenvolver o interesse pela pesquisa em saúde.

V - CLIENTELA

Profissionais de nível superior, que desempenham atividades no campo da Saúde Pública, pertencentes ao Ministério da Saúde ou entidades vinculadas, com prioridade para os ocupantes da Categoria Funcional de Sanitarista, classe "A".

VI - INSCRIÇÃO

Período: de 19/07 a 23/07/82

Local: DIRSA/DP/MS- Av. W/3 Norte - Quadra 510

Lote 06-INAN-1ª Andar-Sala 107

Horário: 09:00 às 11:30hs

14:30 às 17:30hs

Documentação:

- a) preencher Formulário de Inscrição, assinado por dirigente de órgão a nível de 1ª escala;
- b) apresentar curriculum vitae.

VII - SELEÇÃO

A seleção dos inscritos será feita mediante avaliação do curriculum vitae e entrevista.

VIII - MATRÍCULA

Além das exigências específicas relativas ao Curso, deverão ser atendidos os requisitos comuns aos cursos ministrados pela ENSP, que são os seguintes:

- ter sido aprovado no processo seletivo;
- preencher o formulário de matrícula;
- apresentar os seguintes documentos:
 - a) fotocópia do diploma de nível superior (frente e verso), ou documento que o substitua provisoriamente;
 - b) cópia do título de eleitor;
 - c) documento de quitação com o serviço militar
 - d) duas fotografias 3x4cm.

IX - METODOLOGIA

O conteúdo do Curso será desenvolvido através de disciplinas ligadas às áreas de conhecimento envolvidas. Serão utilizados procedimentos didáticos que permitam a análise e discussão das experiências e propostas de ação, com o máximo de participação dos professores e alunos.

X - DISCIPLINAS

- a) Parte Teórica
 - 1 - Dinâmica de Grupo
 - 2 - Metodologia da Pesquisa
 - 3 - Ciências Biológicas
 - 4 - Introdução a Saúde Pública
 - 5 - Ciências Sociais em Saúde
 - 6 - Saúde Pública como Prática Social

- 7 - Administração Geral
 - 8 - Administração em Saúde
 - 9 - Métodos Quantitativos
 - 10 - Demografia
 - 11 - Epidemiologia
 - 12 - Ecologia
 - 13 - Saneamento
 - 14 - Nutrição em Saúde Pública
 - 15 - Planejamento e Programação em Saúde Pública
- b) Parte Prática

Trabalho de Campo

XI - REGIME

O Curso será ministrado em caráter intensivo e tempo integral, com início a 05 de agosto e término previsto para 17 de dezembro, com duração de 110 dias úteis, além de aulas aos sábados. Constará de dois tipos de atividades: disciplinas teóricas e trabalho de campo. O horário de aulas será de 8:00 às 12:00 e de 14:00 às 18:00 horas nos dias úteis e de 8:00 às 12:00 horas nos sábados.

XII - AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos, durante o Curso, far-se-á, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regulamento de Ensino da ENSP, sendo o aluno submetido a processo de avaliação formal em cada disciplina.

XIII - DIPLOMA

Aos alunos que concluírem o Curso será conferido o diploma de conclusão.

XIV - CRONOGRAMA

Inscrição: Período de 19 a 23 de julho de 1982

Seleção: Período de 28 a 30 de julho de 1982.
(Análise de currículo e entrevista)

Matrícula: Dias 2 e 3 de agosto de 1982.

Início do Curso: Dia 05 de agosto de 1982.

Término do Curso: Dia 17 de dezembro de 1982.

Anexo 6

ABJ-11, p. 100/113

6

NOTAS PARA UMA DISCUSSÃO SOBRE
"MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS"

// Luiz Antonio Machado da Silva (IUPERJ)
// Alicia Ziccardi (IUPERJ)

Anexo da Informação RSI 10/ABE/82. ASI/FSESP.

NOTAS PARA UMA DISCUSSÃO SOBRE
"MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS"

1. INTRODUÇÃO

No Brasil a proliferação de estudos agrupados em torno da temática dos movimentos sociais urbanos é um indicador do interesse que eles despertam e da importância que crescentemente lhes é atribuída. Parece-nos que a característica básica desta produção é a de estar principalmente orientada para a reconstrução de histórias de mobilizações reivindicativas urbanas. É fora de dúvida que esta tarefa é de fundamental importância quando se trata de compreender os processos histórico-sociais nos quais se inserem. Ao mesmo tempo, porém, acreditamos que estes estudos, ao pretender explicar a aparição, desenvolvimento e efeitos dos movimentos sociais urbanos, inserem-se num marco teórico de flagrante precariedade. O objetivo fundamental deste trabalho é promover uma discussão - e não mais do que isto, na medida em que vários pontos ficarão em aberto - a respeito deste problema. Paralelamente, pretendemos também discutir as possibilidades e limitações que apresentam estas formas de organização e luta no interior dos processos de mudança social.

Ambas as questões são, em nosso entender, pontos-chave para avançar neste campo de conhecimento, e clarificá-las se impõe como um primeiro passo para a superação do estado atual da produção sobre o tema. Neste sentido, é conveniente iniciar o trabalho apresentando uma breve síntese das tendências e preocupações que apresentou a sociologia urbana latino-americana, com a qual o tema dos movimentos sociais urbanos se articula em uma linha de continuidade. Em segundo lugar discutiremos as questões acima mencionadas a partir das definições correntemente aceitas do que sejam os chamados "movimentos sociais urbanos".

2. DA "TEORIA DA MARGINILIDADE" AOS "MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS"

Sem pretender enveredar por uma sociologia da sociologia, pode-se dizer que durante o período de euforia desenvolvimentista, baseado no processo de substituição de importações, o pensamento sociológico latino-americano foi dominado pela "sociologia do desenvolvimento", isto é, pela teoria da modernização. De corte nitidamente personiano, ela afirmava a tendência de passagem do "tradicional" ao "moderno" pela via do aprofundamento da racionalidade econômica. Mencionava seguidamente as "resistências à mudança", representadas por obstáculos culturais impostos por bolsões de valores tradicionais que era mister transformar. A oposição campo (tradicional) x cidade (moderno) era ao mesmo tempo o rebatimento espacial da teoria da modernização e seu símbolo mais recorrente (1).

Com o fim do processo de substituição de importações nos países líderes do continente, a euforia deu lugar ao pessimismo. Começa então a surgir o reverso da teoria da modernização: a chamada "teoria da marginalidade" (cfr. Cardoso, 1973:166). Mais que um novo modelo teórico, ela representava a ênfase nos aspectos negativos (ou problemáticos) da teoria da modernização. A preocupação era com o que passou a ser considerado a falta de integração de amplos setores populares, principalmente em torno de dois eixos: o desemprego urbano e as favelas. Durante muito tempo discutiu-se se os estratos inferiores estavam ou não integrados economicamente ao sistema (leia-se, ao polo moderno da economia).

A partir desta ótica, no plano político a questão situava-se em torno do potencial de ruptura que os grupos marginais eventualmente representariam.

De um lado, na trilha dos trabalhos de Frantz Fanon, ~~apareceram mo-~~ delos acerca do papel revolucionário representado pelos migrantes não incorporados ao sistema urbano. De outro, os grupos marginais eram vistos como um entrave à força dos movimentos operários. De qualquer forma, o que importa ressaltar é o fato de que o papel político que poderiam representar os grupos marginais também se resolveria em torno do eixo integração x não integração. No primeiro caso, as massas dos não integrados constituiria a força geradora de mudança social; no segundo, ela impediria a organização e articulação das forças populares.

A partir deste foco central - integração x não integração - pode-se distinguir fases na constituição da teoria da marginalidade (2). Num primeiro momento, enfatizava-se a tendência à desorganização social que imporaria entre os grupos marginais. De uma forma bastante genérica, é possível associar-se os trabalhos desta época à noção de cultura da pobreza elaborada por Lewis (3). Num segundo momento, principalmente com o aparecimento de estudos sistemáticos sobre favelas, esta noção, assim como a idéia que lhe estava associada de falta de integração dos grupos marginais ao sistema, sofre uma severa revisão crítica(4). Note-se, porém, que o eixo de discussão permanecia o mesmo: a problemática central girava em torno da integração x não integração das camadas mais baixas das populações urbanas.

É durante esta segunda fase que surgem dois trabalhos - Quijano (66) e Nun (1969) - enfocando esta "problemática urbana" a partir de uma mudança no quadro teórico utilizado até então. Até o surgimento destes textos, a chamada "questão da marginalidade" era tratada de uma forma a-histórica e estática. Em outras palavras, tratava-se de saber se determinados grupos estavam ou não incorporados à sociedade mais ampla ("Moderna"), concebida como um dado e jamais questionada. Os trabalhos citados questionam esta perspectiva, introduzindo a idéia de que é a própria dinâmica do sistema que cria os chamados grupos marginais. Embora retida a noção de marginalidade e a questão que ela implica (integração x não integração), é evidente a mudança no tipo de discussão que estes dois trabalhos implicaram. Pode-se mesmo dizer que, introduzindo a discussão dos processos sociais que geram a "situação marginal" (ou pelo marginal), eles abriram caminho para a superação da questão da integração dos grupos marginais, acenando portanto com o fim da teoria da marginalidade. No Brasil, este se consubstancia com o aparecimento dos trabalhos de Oliveira (1972), Singer (1973, 1977), Jelin (1974), etc., que transformam a questão de marginalidade na problemática dos graus e formas de exploração da força de trabalho, a partir da discussão entre diferentes tipos de organização social da produção. Neste contexto, a própria de marginalidade perde todo o sentido, mesmo quando redefinida por Quijano e Nun; o que passa a importar é a discussão do papel desempenhado para a acumulação capitalista de formas não capitalistas de produção. Ao mesmo tempo, mesmo nesta vertente "econômica", a problemática urbana se politiza, com a ênfase que passa a ser dada nas formas de exploração da força de trabalho.

Nos últimos anos da década de 60, paralelamente a este tipo de análise que enfatiza o econômico, começa a surgir um tipo de reflexão sobre a questão urbana que reflete de modo mais imediato a "politização" dos problemas urbanos. Em termos globais, trata-se de analisar as relações entre o Estado, a planificação urbana e os movimentos sociais urbanos.

Naquela época, a América Latina apresentava um campo rico de experiências de organização dos setores populares em torno de reivindicações urbanas. Precisamente aqueles setores sociais que preocupavam os teóricos da marginalidade, começam a ser estudados como protagonistas que irrompiam no cenário político em demanda de suas reivindicações imediatas e, em alguns casos, inseridos em estratégias políticas definidas. A experiência da Unidade Popular oferecida ampla gama de formas de "mobilização reivindicativa urbana".

Estes atores sociais, particularmente no caso do movimento dos "pobladores", oferecia elementos capazes de estimular a elaboração de um marco teórico que os incluía e que, ao mesmo tempo, pretendia ser mais genérico.

Claro está que a individualização deste momento no interior da produção sociológica latino-americana não deve ser confundida com o período de surgimento do que se vem chamando desde então de "movimentos sociais urbanos". Tratava-se simplesmente da apropriação teórica e reinterpretação de movimentos que tiveram por base reivindicações urbanas, mas cuja existência é muito anterior ao interesse analítico que despertaram.

De qualquer forma, este caminho permitiu não apenas recuperar as histórias e consequentemente as derrotas dos setores populares (5) mas também colocar em questão o problema que agora nos preocupa: quais são os alcances e limitações deste tipo de movimento social. As condições político-sociais impostas à maioria dos países latino-americanos reduziram, obviamente, as possibilidades de avançar esta linha de análise. Pelo menos no Brasil, não obstante, ela tem sido retomada. Mas justamente pelo rumo pouco preciso que apresenta - movimentos de base territorial, movimentos de preservação ecológica, quebra-quebra de transporte, etc. - parece indispensável tentar delimitar as fronteiras deste campo teórico e assim orientar um trabalho frutífero de investigação.

3 - QUE SÃO MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS ?

No contexto latino-americano em geral, e brasileiro em particular, a produção intelectual inclui na rubrica "movimentos sociais urbanos" as mais diversas formas de expressão, mobilização, organização e luta dos setores populares urbanos - desde os movimentos de favelados até quebra-quebras de transportes públicos, passando por movimentos de populações afetadas por algum plano de renovação urbana. Mas não é menos certo que também são batizados de "movimentos sociais urbanos" formas de expressão ecológica e os de defesa de certos direitos de propriedade e uso do solo.

Em outras palavras, estamos enfatizando aqui um primeiro corte, que consideramos absolutamente fundamental, em torno de base social é protagonista destas ações. Mas, ao mesmo tempo, poderiam ser agregadas outras linhas de fracionamento não menos importantes, como o tipo e grau de organização, extensão e alcance do movimento, instituições da sociedade civil e do Estado que incidem de alguma maneira em sua conformação, etc. Estas variações não poderiam deixar de ser consideradas em qualquer tentativa séria de agrupar a ampla gama de experiências concretas, tentativa que só deveria ser empreendida depois de bem demarcados os objetivos que se tem em vista com o estudo dos diferentes movimentos.

A partir de um estado de coisas caracterizado por uma abundante e crescente produção empírica, a primeira das perguntas que nos surge é se estes estudos de caso - afora o já ressaltado valor para o conhecimento da realidade nacional - não ficam limitados pela não incorporação de um corpo teórico que permitisse transcender as explicações de cada caso individual. Aqui, parece conveniente ressaltar que os autores aos quais se recorre correntemente (Castells (1978), Borja (1975), etc. adverte tiram para o caráter genérico do tema. E, mais do que isto, explicitaram o fato de que o surgimento desta temática no campo da sociologia urbana fez-se possível a partir da visualização de uma certa "especificidade urbana" em determinados conflitos sociais, mas que a teoria do "urbano" se achava em pleno processo de elaboração.

As considerações acima remetem à relativa juventude desta produção, algo que não pode ser esquecido nem minimizado. Mas pensamos que trata-se de um "relativa" juventude, porque a produção intelectual não pode ser avaliada pelo número de anos dedicados ao estudo de uma determinada questão, mas sim pela profundidade e importância das elaborações acrescentadas e, fundamentalmente, por sua validade social. Deve-se ainda acrescentar que, no desenvolvimento dos trabalhos empíricos, muitas vezes os investigadores tiveram que superar fortíssimas pressões sociais, que não impediram a apresentação e sistematização de fatos sociais muitas vezes ocultos até então.

Cremos, porém, que este esforço não foi acompanhado de necessária construção teórica. Parece-nos que, através da aceitação implícita de uma certa divisão do trabalho intelectual, incorporam-se acriticamente precárias ferramentas teóricas, à espera da importação de novos frutos provenientes do pensamento "maduro" e "acabado" que venham a indicar novos ramos de investigação.

Assim, nada melhor do que aproveitar este encontro para apresentar nossas dúvidas, através da discussão das quais acreditamos tomar uma atitude ativa frente ao impasse em que nos encontramos.

Para isso, parece conveniente retomar as primeiras formulações que faziam referência à presença dos movimentos sociais urbanos. Recordemos que a importância dos mesmos só foi reconhecida a partir da contribuição de Castells, revivendo crítica e sistematicamente os postulados tradicionais da sociologia urbana. É de importância fundamental sua contribuição para a demistificação de uma disciplina que se havia empenhado na busca de associações entre comportamento social e meio ambiente, e que se orientava, explícita e implicitamente, para os mecanismos de integração social frente à crescente ameaça que apresentavam as tensões sociais próprias do meio urbano.

A partir daí, os conflitos urbanos passaram a ser reincorporados a partir de uma perspectiva na qual apareciam como importantes elementos para compreender a dinâmica da realidade urbana. As práticas urbanas eram concebidas, por um lado, como a "planificação urbana", enquanto "intervenção dos aparelhos de Estado em todas as suas variantes, sobre a organização do espaço e sobre as condições de reprodução da força de trabalho; por outro, os "movimentos sociais urbanos", visualizados como agentes dinâmicos de mudança social (Castells, 1974:310). Ou seja, desenhava-se assim a presença de atores sociais desvinculados do aparelho estatal, com capacidade de gerar mudanças tanto na estrutura urbana quanto na estrutura social.

Não nos deteremos nas críticas procedentes que foram formuladas a partir desta concepção da política urbana, nem na natureza formalista que assumiu inicialmente a incorporação do conflito social (6). Por outro lado, também não cremos haver necessidade de ressaltar a importância das contribuições de Castells. O que importa é indicar que, a partir deste momento, a sociologia contou com novas bases analíticas, desta vez assentadas na incorporação da noção de "contradição" como forma de aproximar-se do entendimento da realidade urbana. As chamadas "contradições urbanas" assentam-se sobre dois tipos particulares de problemas: a) os relacionados à organização social do espaço (divisão técnica e social do território); b) os que concernem à produção, distribuição e gestão dos meios de consumo coletivo (habitação, e equipamentos coletivos, transporte, saúde, educação) (Castells, 1970; 1975; 1978). A particularidade destas contradições é sua potencialidade de politizar-se imediata e crescentemente, e portanto de transformar-se em núcleo mobilizador de diferentes atores sociais. Daí sua especificidade em relação às contradições clássicas do modo de produção capitalista, de suas fases, e dos diferentes contextos nacionais. Não nos deteremos nas análises cuidadosas e detalhadas das contradições urbanas, que em geral se assentam sobre as características dos países centrais (7). O que nos parece importante neste momento é assinalar dois tipos de colocação, teórica uma e empírica outra, a fim de organizar a presente discussão (cfr. Castells, 1978:2).

- 1 - A emergência de movimentos sociais urbanos se funda em contradições urbanas, donde estes movimentos são "aqueles que se referem à produção, distribuição e gestão dos meios de consumo, em particular coletivo".
- 2 - Nos países dependentes surge uma nova contradição básica: entre a concentração de seres humanos sem recurso algum nas grandes cidades e a inexistência de mecanismos econômicos para sua reprodução, e sociais para seu controle.

Em relação ao primeiro ponto, pode-se pensar que tal definição tem uma vantagem básica: sua amplitude. Detenhamo-nos nela, não por rigor teórico, mas para identificar o que julgamos nós de estrangulamento no desenvolvimento da temática que nos ocupa.

A primeira pergunta que nos surge liga-se à variedade de reivindicações possíveis que surgem das denominadas "contradições urbanas" e que apresentam as diferentes formações sociais capitalistas em suas mais variadas formas. Tais reivindicações não respondem apenas às leis gerais de acumulação de capital, mas têm a forma da distribuição da riqueza, às peculiaridades dos processos históricos sociais, e até ao reconhecimento social que adquire uma determinada reivindicação no interior de um dado contexto e em um momento de sua história. Em outras palavras, existe na realidade um problema de distâncias históricas que nos leva a duvidar em primeiro lugar da validade de pensar na possibilidade de agrupar experiências, sem qualificações cuidadosas, em função de um único critério: reivindicações de bens de consumo coletivo. Daí nossa afirmativa anterior a respeito do perigo de se utilizar acriticamente modelos analíticos elaborados a partir das experiências de países de capitalismo avançado.

Em segundo lugar gostaríamos de indagar a respeito de algo que nunca é explicado, mas cuja importância não pode ser ignorada: Se a existência de contradições não é suficiente para a emergência de um movimento social, e o reconhecimento da existência deste se funda na identificação daquelas contradições, devemos necessariamente saber quais são os mecanismos e de que forma as contradições se transformam em reivindicações. Neste momento, a amplitude da definição nos coloca no terreno do difuso, o que nos leva a uma indagação. Porque especificar mobilizações em torno de bens de consumo coletivo, e não pensar em um conjunto mais amplo que faça referência às condições de reprodução da força de trabalho, mas que se refira ao consumo em geral (individual e coletivo). Pensamos, por exemplo, nas mobilizações em torno do custo de vida, ou de problemas de desabastecimento urbano, etc. Note-se que, ainda que a definição mais comumente aceita refira-se a "consumo", quando se agrega "em particular bens de consumo coletivo", é este que se torna o eixo diferenciador. Prova disso é o fato de que a grande maioria dos estudos realizados tiveram por objeto mobilizações em torno do consumo coletivo.

Acreditamos que as expressões coletivas que mencionamos acima poderiam ser incluídas como mais um tipo de movimento social urbano, através do simples artifício de recorrer a tipologia, muito comum na literatura sobre o tema. No entanto, não se deve ignorar que qualquer instrumento metodológico, inclusive as tipologias, é inútil enquanto não se tiver claro o que queremos tipificar. A questão se complica quando se pretende agrupar as reivindicações dos trabalhadores dos países contrários por qualidade das condições de vida com as reivindicações de trabalhadores em sua maioria em condições de miséria absoluta, ghettoizados nas favelas e periferias das cidades latino-americanas (8).

Para nós, a reivindicação é somente um indicador de necessidades sociais historicamente determinadas, e se convertem em reivindicações justamente quando algum agente social as transforma em problema social - sejam agentes da sociedade civil, seja o próprio Estado, sejam seus próprios protagonistas. Tentar isolar os bens e serviços que se consomem coletivamente ou que são providos pelo Estado nos parece mais uma ambição teórica que uma necessidade para compreender uma realidade na qual os trabalhadores, além de reivindicar melhorias na qualidade de suas condições de vida, ainda precisam reivindicar cotidianamente sua sobrevivência e a de suas famílias.

Estas considerações levam então à nossa preocupação inicial sobre a base social e conseqüentemente a outra pergunta.

É possível pensar o movimento favelado, o mais típico e recorrente de nossos países, em comparação, por exemplo, com os movimentos das sociedades de amigos de Petrópolis, ou com os movimentos ecológicos que reivindicam a proteção de espaços verdes ameaçados pela especulação do solo? Ou não seria mais correto pensá-lo em termos das proximidades e distâncias, potenciais e reais, com o que justamente não é um movimento social urbano: o movimento sindical, e as demais ações que protagonizam os trabalhadores quando não possuem uma sólida estrutura sindical que os represente em suas demandas? (9).

Dada as condições históricas da maioria dos países latino-americanos, este ponto nos parece de suma importância para contextualizar os estudos sobre movimentos sociais urbanos; Embora dada sua complexidade, ele não possa ser dogmatizado nos limites do presente trabalho, alguns comentários gerais podem ser introduzidos. Antes de mais nada, porém, deve ficar claro que não pretendemos, com eles, generalizar os efeitos e as potencialidades dos movimentos populares aqui discutidos. Esta ressalva é tanto mais necessária porque grande número de trabalhos a respeito do tema, apesar de reiteradamente afirmarem que os movimentos sociais urbanos por se referirem a contradições secundárias, não são centrais nos processos de mudança. Terminam por imputar-lhes potencialidades que eles não podem ter, apesar de toda a sua inegável importância.

Neste sentido, acreditamos que o sindicato desempenha um papel fundamental na organização de classe trabalhadora na condução de suas reivindicações mais básicas. Mas não se deve, por outro lado, esquecer suas limitações, derivadas em boa medida, das condições histórico-estruturais da maioria dos países latino-americanos, que se caracterizam pela existência de uma grande massa de trabalhadores são inseridos plenamente em relações de produção capitalista. Talvez bastasse esta menção para que fosse possível avaliar que a questão da organização das classes populares não possa apenas pelo movimento sindical, mesmo que se pense em sua necessária articulação com ele.

Por outro lado, na maioria dos países latino-americanos o nível e a força das organizações populares é baixo, como consequência das condições sociais prevalentes, que não cabe aqui mencionar. Nestas condições, é possível dizer que a construção da identidade coletiva das classes subalternas é um processo em andamento, que não se encontra exatamente em seus estágios finais. Acreditamos que alguns dos denominados movimentos sociais urbanos "constituem-se num dos eixos de construção desta identidade (e não o único)".

Entremos agora na segunda questão apontada anteriormente, a respeito da existência de uma "nova contradição básica entre a concentração de seres humanos sem recurso algum nas grandes cidades e a não existência de mecanismos econômicos para sua reprodução, nem sociais para seu controle" (Castells, 1978:2).

Acreditamos que este é um ponto central para orientar nossas investigações, dado que muitos dos movimentos sociais que emergem em nossos países se assentam certamente sobre esta contradição. Mas somente poderemos explorá-la com os seguintes provistos:

- 1 - Excluir o caráter de "nova" atribuído à contradição se é que, como pensamos, esta é uma alusão à fase em que o capital monopolista se transforma em organizador do conjunto da economia. Esta concentração de seres humanos foi estimulada para atender às necessidades do desenvolvimento industrial que se põe em marcha na década de 30.
- 2 - Excluir a afirmação de que não existem mecanismos sociais para seu controle. Nossa própria experiência cotidiana demonstra muito claramente a presença e eficiência destes mecanismos em suas mais variadas formas.

Feitas estas reservas, voltemos às questões anteriores. Os movimentos destes atores sociais devem ser analisados no interior da conceptualização que informa os "movimentos sociais urbanos" tal como eles têm sido especificados, esforçando-nos por averiguar se possuem em sua base uma reivindicação de bens de consumo coletivo?

O seria mais adequado colocar nossos esforços em pensar o conjunto de reivindicações - desde água até alojamentos -, mas pensando de que forma articula-las com as demandas do conjunto dos trabalhadores (seja a parcela urbana ou rural) com a perspectiva de unificação destas expressões setoriais?

Em nossa opinião seria importante repensar o papel de todas as mobilizações populares que surgem do âmbito do econômico (particularmente no momento do, e que se estruturam fora da unidade de produção. Em um segundo momento incluir também aquelas que se instalam nas outras instâncias (ideológico-política), e que sejam protagonizadas principalmente pelos membros das classes subordinadas (como, por exemplo, movimentos raciais, alguns movimentos feministas, etc.)

Por outro lado, é comum também afirmar que é nas demandas por bases de consumo coletivo que se poderia gerar uma situação de descontentamento mais ampla, provocando uma aliança de interesses dos trabalhadores manuais com outras parcelas das classes subordinadas - particularmente a pequena burguesia. Não se pode negar que a maioria dos movimentos envolve pequenas frações oriundas destas outras parcelas. Mas, ao menos no caso brasileiro, de um modo geral, o nível de consumo - individual e coletivo - é tão desigual, a segregação social do espaço e o acesso aos serviços públicos é tão marcadamente diferenciado, que não seriam estas as bases para tal articulação de interesses. A experiência vivida pelos países latino-americanos indica que quando este processo se deu foi em função de uma estratégia política que conseguiu sua unidade a partir fundamentalmente de coincidências ideológicas.

Esta questão se articula com outra afirmativa bastante generalizada, de que o interlocutor dos movimentos sociais urbanos é o Estado. O problema do Estado e das modalidades que ele assume na América Latina é por demais complexo para ser tratado aqui. Apesar disso, nos parece que futuras investigações deveriam levar em consideração os seguintes pontos:

- 1 - É possível sustentar que a gestão de bens de consumo coletivo é levada a cabo pelas instituições governamentais que regulam sua distribuição e acesso legal e efetivo. Mas não se pode esquecer a presença bastante comum do capital privado, e não raras vezes do capital estrangeiro, como um terceiro nas condições de reprodução da força de trabalho.
- 2 - O fato de que o Estado seja o interlocutor destes movimentos não lhes confere especificidade. Primeiro, porque o Estado - o governo, para sermos mais estritos - nas condições sociais dos países latino-americanos é o único interlocutor possível. Segundo porque, dada a grande ingerência que tem o Estado sobre a economia, e a centralidade política que exerce, é também até o legítimo interlocutor do movimento sindical.

Em relação a estes dois últimos pontos, há uma última questão que desejamos colocar, referente ao problema da organização, como um dos componentes da existência de um movimento urbano. Há certa tendência nas análises a opor organização e espontaneísmo, o que nos parece ter gerado dois tipos de problemas:

- 1- Há uma tendência a considerar que os movimentos sociais urbanos são sempre organizados pelas próprias classes subalternas, ou seja, que eles são sempre "autônomos". Tal tendência ignora, por um lado, que alguns deles foram fomentados até mesmo pelo aparelho de Estado (como é o caso da maioria das associações de moradores de favelas do Rio, já tão estudadas) e, por outro, a profunda influência na criação e desenvolvimento de várias organizações exercida por outros setores da sociedade civil, como é flagrantemente o caso da Igreja Católica. Ademais, há também que considerar que a mera existência formal de uma organização não garante a existência de um verdadeiro movimento social, porque muitas vezes ela pode sobreviver sem reivindicações efetivas, ou quando o controle social é forte a ponto de impedir sua expressão.

2 - A tendência a opor organização a espontaneísmo levou também a que, na impossibilidade de formarem-se organizações voluntárias em função do controle social existente, se enfatize a importância de formas de manifestação coletiva que aparentemente não são mais que estádios, enquanto não possuem o suporte de uma organização sólida e de caráter mais permanente, cujo caso mais típico são os quatre-quebra (10). Acreditamos que este tipo de manifestação não pode de forma alguma ser subestimado, mas constitui apenas "formas de luta" a que se recorre seja por estarem incorporadas na memória dos setores populares (nos mais diferentes lugares e nos mais diferentes momentos históricos), seja porque o nível de controle social não permite outro tipo de manifestação. Se não se avalia corretamente os alcances e limites destas expressões, corre-se o risco de minimizar o sentido das experiências de organização. Em nosso entender, a organização é a capacidade que tem um determinado conjunto social para articular suas ações no sentido de obter a satisfação de suas demandas. Isto não significa que deva tratar-se de uma organização cristalizada e formalizada em funções e papéis atribuídos a seus componentes. Mas cremos que, assim como a possibilidade de existência de um movimento social se assenta sobre reivindicações, a organização constitui outros dos requisitos para seu aparecimento e desenvolvimento. Porque quando uma mobilização social se converte em movimento, não quando se transforma em força social? Se aceitamos isto estamos, ao mesmo tempo, pensando na necessidade de que o movimento produza efeitos políticos e, em consequência, apresente visibilidade exterior - não seja anônimo - que o transforme em potencial interlocutor de outras forças sociais. Por outro lado, do ponto de vista da dinâmica interna de um movimento social, a organização supõe acumulação de experiências comuns entre seus componentes, e permite a superação de uma identidade em geral formada a partir de bases precárias (11).

NOTAS

1. É claro que estas observações genéricas não pretendem constituir-se num resumo da teoria da modernização. Para uma revisão crítica desta, relacionada com os estudos sobre marginalidade, cfr. Kovarick (1975).
2. Para revisões críticas da teoria da marginalidade cfr. Kovarick (1975), Berlinck (1975).
3. Esta noção foi desenvolvida em diversos trabalhos. Cfr. esp. Lewis (s/d). Para um comentário crítico da noção, cfr. entre outros Berlinck (1975).
4. Para citar apenas os mais difundidos, cfr. os trabalhos de Leeds e Leeds (1978), Mangin (1967) e, mais recentemente, Pearlman (1977). (Os trabalhos de Leeds e Leeds na coletânea citada são bastante anteriores, em sua maioria, ao de Pearlman).
5. Veja-se entre outros: Duque e Pastrana, (1972): Equipo de Estudios Poblacionales del CIDU (1972); Castells, (1973); Vanderschuren, (1971).
6. Veja-se Lojkine (1977). Cap. I pto. II.
7. Foi Borja quem delimitou de modo mais amplo e genérico as contradições geradas pelo desenvolvimento urbano capitalista e sua incidência no surgimento dos movimentos urbanos (Borja, 1975: 32/34).

Lojkin, por sua vez, distinguiu entre contradições clássicas próprias do estágio pré-monopolista do capitalismo e o que denomina "novas" contradições urbanas próprias do capitalismo monopolista (Lojkin, 1977: 325/333). Castells apontou as principais contradições urbanas sobre as quais se instalam tanto a "planificação urbana" quanto os "movimentos sociais urbanos" (Castells, 1975: 6/7). Dada sua preocupação e sua produção em torno da realidade latino-americana - que, sem dúvida, influenciou marcadamente nossos trabalhos - centraremos nossa atenção neste autor e nas interpretações que do mesmo se fazem comumente.

8. Afirma Castells: "Paris, Montreal, Estados Unidos, Chile, não são, pois, "casos" sobre os quais se presta testemunho, mas expressões históricas particulares de um processo por sua vez geral e complexo: aquele pelo qual a luta de classes e os problemas urbanos se ligam de forma estreita, desenvolvendo novas contradições sociais que se encontram no centro de nossa vida cotidiana" (Castells, 1975:13).
9. Referimo-nos, por exemplo, aos quebra-quebra levados a efeito pelos operários da construção, como forma de reclamar das condições de vida que suportam em seus alojamentos, ou dos alimentos que lhe são oferecidos nas cantinas das grandes obras em que trabalham.
10. Veja-se Moisés e Allier (1977).
11. Após havermos terminados este artigo, tomamos conhecimento de dois textos de Pedro Castro que segue uma linha de argumentação bastante próxima da nossa (cfr. Castro, 1979a, 1979 b).

BIBLIOGRAFIA

- Berlinck, Manoel Tosta. 1975. "Marginalidade social e relações de classe em São Paulo", Petrópolis, Vozes.
- Borja, Jordi. 1975. "Movimientos sociales urbanos", Buenos Aires, Ediciones SIAP.
- Castells, Manoel. 1973 "Movimientos de pobladores y lucha de clases". Revista EURE, vol. III, nº 7, Stgo. de Chile, Abril.
- _____ 1974. "La cuestion urbana", Buenos Aires, Siglo XXI.
- _____ 1974. "Los movimientos sociales urbanos", Buenos Aires, Siglo XXI.
- _____ 1978. "Pobreza urbana y organización social: análisis comparativo de movimientos urbanos en asentamientos espontáneos en América Latina". Trabalho apresentado no Seminário "Pobreza Urbana", Recife, dezembro.
- Castells, Manuel; Cherki, Godard; Mohl. 1974. "Sociologie des mouvements sociaux urbains. Enquête sur la Région Parisienne", II vol. Centre d'études des mouvements sociaux, Paris.
- Castro, Pedro. 1979a. Mobilização Popular e Movimentos Sociais Urbanos, PUC/RJ, Congresso Interterno, mimeo.
- _____ 1979b. "Sobre "Movimentos Sociais Urbanos", Chão - Revista de Arquitetura, vol. II, nº 6, pp. 28-31.
- Cardoso, Fernando H. 1973. "O modelo político brasileiro e outros ensaios", São Paulo, Difusão Européia do livro. 2ª ed.

- Duque, J. o Pastrana E. 1972. "La movilización reivindicativa urbana de los sectores populares en Chile: 1964-1972". Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, FLACSO, Sumário nº 4, Stgo. de Chile, Diciembre.
- Equipo de Estudios poblacionales del CIDU. 1972. "Reivindicación urbana y lucha política. Los componentes de pobladores en Santiago de Chile", Stgo. de Chile, Revista EURE, vol. II, nº 6, noviembre.
- _____. 1972. "Pobladores y administración de la justicia", Stgo. de Chile, Revista EURE, vol. II, nº 6.
- Jelin Elizabeth. 1974. "Formas de organização da atividade econômica e estrutura ocupacional", Estudos CEBRAP 9, pp. 51-78.
- Kowarick, Lucio. 1975. "Capitalismo e Marginalidade na América Latina", Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Leeds, A. e Leeds, E. 1973. "A Sociologia no Brasil urbano", Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Lewis, Oscar, s. d. "La cultura de la proleza", Barcelona, Editorial Anagra, s. d.
- Lojkin, Jean. 1977. "Le marxisme l'etat et la question urbaine". Paris. Presses universitaires de France.
- _____. "O papel do Estado na urbanização capitalista" em: "Marxismo e urbanismo capitalista" (textos críticos) Reginaldo Forti (org.). São Paulo, Editora Ciências Humanas.
- Margin, William. 1967. "Latin American Squatters Settlements: a problem and a solution, e: Latin American Research Review, II, nº 3, pp. 65-97.
- Moises, José A. e Verena Martinez Alier. 1977. "A revolta dos suburbanos" ou "patrão, o trem atrasou" em (vários autores) "Contradições urbanas e movimentos sociais", Rio, CEDEC, Paz e Terra.
- Nun, José. 1969. ""Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal", Revista Latinoamericana de Sociologia, V. 2, julio, Buenos Aires.
- Oliveira, Francisco de. 1972. "A Economia Brasileira: crítica a razão dualista". Estudos CEBRAP 2, pg. 3-52.
- Pearlman, Janice. 1977. "O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro", Rio. Paz e Terra.
- Quijano, Anibal. 1968. "Notas sobre el concepto de marginalidad social", CEPAL, División de Asuntos Sociales, Lima, mimeo.
- Singer, Paul. 1973. "Economia Política da urbanização", São Paulo, Brasiliense.
- _____. 1977. "Economia Política do trabalho" São Paulo, HUCITEC.

C181

Vol. 2

MINISTÉRIO DA SAÚDE

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO Nº 067/82/DSI/MS



TODA PESSOA QUE TOMAR CONHECIMENTO
DESTE DOCUMENTO FICA RESPONSÁVEL
PELA MANUTENÇÃO DE SEU SIGILO.
Art. (12 Dec. n.º 79.099/77).

DATA : 30 de Abril de 1.982

ASSUNTO : INFILTRAÇÃO COMUNISTA NOS DIVERSOS SETORES DE ATIVIDADE.

IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS INFILTRADOS; MÉTODOS USADOS, CLANDESTINA E OSTENSIVAMENTE; OBJETIVOS MEDIATOS E IMEDIATOS; INFLUÊNCIAS EXERCIDAS PELO ELEMENTO INFILTRADO. CARACTERIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DOS COMUNISTAS, SIMPATIZANTES E INOCENTES ÚTEIS, ANTECEDENTES - 3.3

REFERÊNCIA : a) P N I - CAMPO INTERNO
b) INFÃO Nº 212/81 - DSI/MS, DE 29/10/81
c) PERÍODO DE 09/10/81 A 30/04/82

DIFUSÃO : MS - AC/SNI

1 - INFILTRAÇÃO NOS PODERES EXECUTIVO, JUDICIÁRIO E LEGISLATIVO - 3.3.5

- a) Esta Divisão, através da INFORMAÇÃO nº 212/81/DSI/MS - 29/OUT/81, relacionou os elementos comunistas e simpatizantes infiltrados em órgãos subordinados ou vinculados a este Ministério.
- b) No acompanhamento efetuado, por esta Divisão, no período de 30/OUT/81 a 30/Abril/82, foram assinalados os nomes e eventos abaixo que, formam um quadro da infiltração ideológico-subversiva desenvolvida no Ministério da Saúde, neste período:

N O M E S:

ASS. H. P. 110975

MARIA FRANCISCA DUAILIBE MASCARENHAS BARBOSA, sem dados de qualificação, possui, nesta DSI os seguintes registros:

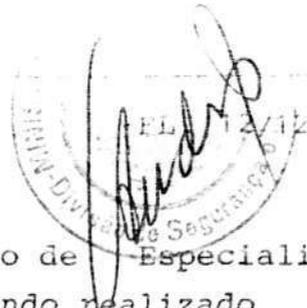
- ex-Diretora de Treinamento de Pessoal da Secretaria Estadual de Saúde do Estado de PERNAMBUCO, sendo uma das Coordenadoras do Curso Básico de Saúde Pública, realizado em RECIFE/PE, no ano de 1.981, no qual foi distribuída literatura copiada da revista do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), sendo que em consequência deste fato, a nominada foi exonerada das funções que exercia no referido Curso e na Secretaria de Saúde do Estado de PERNAMBUCO;
- após a exoneração, a nominada retirou-se para o PIAUÍ, passando a exercer função na Secretaria de Saúde do Estado do PIAUÍ;
- a nominada participou do V Seminário de Avaliação dos Cursos de Saúde Pública, realizado na Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ, no período de 28/SET a 02/OUT/81, não sendo, na ocasião observado comportamento anormal;
- em 1.982, a nominada foi indicada, pelo Secretário de Saúde

CONFIDENCIAL

Segue

MOD 187

CONFIDENCIAL



(Continuação da INFÃO nº 067/82/DSI/MS)

do Estado do PIAUÍ, para coordenar o Curso de Especialização em Planejamento de Saúde, que está sendo realizado em TERESINA/PIAUÍ;

- no referido curso, foi distribuída, para leitura e abordagem, a seguinte bibliografia:
 - DA PRÁTICA DA PASTORAL - de Frei BETTO;
 - PESQUISA SOCIAL E AÇÃO EDUCATIVA: conhecer a realidade para depois transformá-la - de ROSISKA DARCY DE OLIVEIRA (IDAC) e MIGUEL DARCY DE OLIVEIRA - (IDAC);
 - PARA ANALISAR UMA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO POPULAR - de BEATRIZ COSTA;
 - EVA VIU A LUTA - algumas anotações sobre a PEDAGOGIA DO OPRIMIDO e a EDUCAÇÃO DO COLONIZADOR - de CARLOS RODRIGUES BRANDÃO (Universidade Estadual de CAMPINAS);
 - O INTELLECTUAL ORGÂNICO: A SERVIÇO DO SISTEMA OU DAS CLASSES OPRIMIDAS - de LUIZ ALBERTO GOMEZ DE SOUZA;
 - NOTAS PARA UMA DISCUSSÃO SOBRE "MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS" - de LUIZ ANTONIO MACHADO DE ASSIS Instituto Universitário de Pesquisa do RIO DE JANEIRO - (IUPERJ) e ALÍCIA RICCARDI (IUPERJ).

VRE/RCA

CONFIDENCIAL